



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO ESPECIAL - PL 7180/14 - ESCOLA SEM PARTIDO			
EVENTO: Reunião Ordinária	REUNIÃO Nº: 0759/18	DATA: 11/07/2018	
LOCAL: Plenário 12 das Comissões	INÍCIO: 17h22min	TÉRMINO: 20h10min	PÁGINAS: 70

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO

Discussão e votação do parecer do Relator.

OBSERVAÇÕES

Há palavras ou expressões ininteligíveis.
Houve tumulto no plenário.
Houve intervenções ininteligíveis.
Há oradores não identificados em breves intervenções.
Houve manifestação na plateia.
Há palavra ou expressão inaudível.
Houve intervenções inaudíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Boa tarde a todos.

Nos termos regimentais, declaro aberta a 29ª Reunião Ordinária da Comissão Especial destinada a dar parecer ao Projeto de Lei nº 7.180, de 2014, do Sr. Deputado Erivelton Santana, que altera o art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e seus apensados.

Nós temos requerimentos sobre a mesa.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - E a ata, Presidente?

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Peço a palavra para uma questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Vamos aos requerimentos que estão sobre a mesa.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Qual é o fundamento da questão de ordem de V.Exa., Deputada?

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - O fundamento é o art. 52. Eu diria, Presidente, que nós estamos aqui no exercício de uma ilegalidade. Esta Comissão já deveria ter sido extinta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Qual é a questão de ordem?

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - É baseada no art. 52. Se V.Exa. permitir, eu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Eu só não vou permitir procrastinação. Se o fundamento da questão de ordem for regimental, todos serão respeitados.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Art. 52, inciso III. Eu vou lhe dizer qual é a questão de ordem, se o senhor permitir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - V.Exa. tem a palavra pelo tempo regimental de 3 minutos.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Portanto, o art. 52 diz:



Art. 52. Excetuados os casos em que este Regimento determine de forma diversa, as Comissões deverão obedecer aos seguintes prazos (...)

III - quarenta sessões, quando se tratar de matéria em regime de tramitação ordinária.

Esta Comissão está funcionando há mais de 200 sessões! Esta Comissão deveria ter seguido os prazos regimentais!

Eu sei que há um afã muito grande por parte do setor que não quer que a escola seja um espaço de diversidade e de alteridade — de pensamentos, inclusive — e que quer lhe impor mordanças para que se cale, porque sente um incômodo profundo com a democracia, um incômodo profundo com a educação. Alguns dizem que os educadores são doutrinadores partidários, e isso é um desrespeito com os educadores deste País. E dizem até que Paulo Freire não deve ser patrono da educação brasileira, porque também é um doutrinador. Há inquietude por parte de quem não consegue...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - A palavra está assegurada a V.Exa.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Não é nada mais do que estabelece o próprio Regimento assegurar a minha própria palavra. Os demais membros, que estão inquietos, porque querem, de toda sorte, construir as mordanças com os fios de uma lógica fundamentalista, é que deveriam saber disso.

Mas digo que há um artigo que é extremamente claro, o art. 52, que fala que o prazo máximo de funcionamento das Comissões deveria ser de 40 sessões. Nós já fizemos mais de 200 sessões. Esta Comissão funciona, se não me falha a memória, desde o ano de 2016. Desde o ano de 2016, tece-se, com os fios da discriminação, com os fios da desigualdade, uma mordança para tentar se impor às escolas e aos educadores que educam com os mais diversos saberes.

Presidente, eu faço esta questão de ordem para que esta Comissão deixe imediatamente de existir, porque o Regimento é bastante claro ao dizer que é de 40 sessões o prazo regimental para funcionamento de qualquer Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Eu respondo a V.Exa. a questão de ordem manifesta.



Eu apenas queria esclarecer ao Plenário que, quando a Presidência invoca um fundamento para questão de ordem, se for apresentado um fundamento que tenha pertinência com o Regimento, deve ser respeitado o tempo regimental de 3 minutos, a não ser que a questão de ordem seja absolutamente antirregimental. Ela fez a primeira parte sustentando algo que está no Regimento, e o resto foi retórica política, mas está dentro do tempo regimental. Será assim com todos os que fizerem questões de ordem conforme os termos regimentais.

Passo à resposta à questão de ordem formulada por V.Exa.

Esta Comissão foi criada por ato do Presidente da Casa com prazo inicial de 40 sessões, para proferir seu parecer. É uma prática consolidada na Casa o funcionamento das Comissões mesmo com prazo vencido, tendo em vista que o único ônus do vencimento do prazo é a possibilidade de avocação da matéria ao Plenário, nos termos do § 6º do art. 52, cuja atribuição é de competência exclusiva da Presidência da Casa, e não desta Comissão.

Trata-se de decisão do Ex-Presidente Marco Maia, que V.Exa. deve conhecer muito bem, de 31 de março de 2011, ratificada pelo Presidente Rodrigo Maia em decisões mais recentes que colaboram para entendimento nesse sentido.

Assim, caso algum Parlamentar entenda que esta Comissão, assim como dezenas de outras, não deveria funcionar e que a matéria deveria ser submetida ao Plenário, deve fazer questionamento diretamente ao Plenário da Casa.

Outrossim, no cumprimento das atribuições desta Presidência, o último requerimento de prorrogação de prazo foi protocolado tempestivamente, no dia 20 de junho de 2018.

Ademais, tenho aqui em minhas mãos requerimentos apresentados por V.Exa. solicitando que fossem convidados 18 especialistas para participarem de audiência pública aqui. V.Exa. protocolou no dia 3 de julho. Portanto, o apelo que V.Exa. faz está na contramão do que V.Exa. pratica neste colegiado.

Assim, indefiro a questão de ordem de V.Exa.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Presidente, eu só quero fazer um pedido. Foi negada entrada ao Vereador que me acompanha. Isso eu não vou admitir.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Deputado Pompeo de Mattos, nós estamos...

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Não. Ele me acompanha. Eu preciso dele. É um Vereador do Rio Grande do Sul. É um Parlamentar que veio do Rio Grande do Sul para testemunhar o debate, Presidente. Eu não acho justo que seja negada a entrada de um parlamentar a uma Comissão do Parlamento Nacional. Não é coerente.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO - Presidente, lá fora há pessoas que eu considero também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Deputado Pompeo, deixe-me fazer um apelo a V.Exa., que chegou agora. E tenho o maior respeito por V.Exa.

O anúncio que fiz aqui ao Plenário foi que, se tivéssemos dificuldades, todos nós Deputados sairíamos daqui e iríamos para outra sala. Deixaríamos os convidados aqui, e não na outra sala. Todos os que estão aqui ficariam sem acompanhar as sessões. Eu pediria a V.Exa. a compreensão. O plenário está lotado. A segurança já me disse que não há possibilidade.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Lá atrás não está ocupado, Presidente.

Ele é um Vereador do Rio Grande do Sul, Presidente.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO - Presidente, eu vou querer botar duas pessoas para dentro também. Se V.Exa. botar o acompanhante do Deputado, eu exijo o mesmo direito.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Sr. Presidente, V.Exa. é da CCJ, sabe que o Plenário I e o Plenário II são ambientes maiores. Presidente Marcos Rogério, no Plenário I não é possível?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Se nós formos para lá, haverá confusão para fazer a lotação de novo.

Vamos dar sequência.

Eu vou autorizar a entrada do Vereador que acompanha o Deputado Pompeo de Mattos, para não ficar parecendo que este Presidente faz concessão em relação a um e não a outros. Eu vou pedir que ele se identifique como Vereador,



acompanhado pelo Deputado Pompeo de Mattos, cuja palavra tem fé pública, e nos acompanhe como convidado da Comissão.

O Deputado Sóstenes Cavalcante havia pedido a palavra pela ordem.

Peço-lhe que fundamente, Deputado Sóstenes.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Presidente, o fundamento é que nós sabemos que, para procrastinar, alguns querem fazer uma série de questões de ordem.

Eu vi atentamente que V.Exa. tem capacidade e conhece o Regimento Interno...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Qual é o fundamento da questão de ordem, Deputado Sóstenes Cavalcante.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Eu apenas gostaria de sugerir a V.Exa. que recolha as questões de ordem e as responda posteriormente, para que não haja procrastinação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Tudo bem. É uma sugestão, e não uma questão de ordem.

Agradeço a V.Exa.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - O Deputado Sóstenes está obstruindo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Há requerimento sobre a mesa. Passamos...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Quero levantar uma questão de ordem, Presidente.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Quero apresentar uma questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Vamos aos requerimentos.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Questão de ordem, Presidente.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Questão de ordem, Presidente.
Questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Requerimento do Deputado Glauber Braga...



A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - V.Exa. já foi respondida, Deputada.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Questão de ordem, Presidente! Questão de ordem tem prevalência!

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Eu também estou pedindo a palavra para fazer uma questão de ordem.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Encontra-se sobre a mesa requerimento solicitando a não realização de reunião deste colegiado no dia de hoje, de autoria do Deputado Glauber Braga.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Questão de ordem tem prevalência!

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Eu estou pedindo a palavra para questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Eu esclareço a V.Exa., Deputado Glauber Braga, que o art. 117, inciso V, do Regimento Interno, *(ininteligível)* própria do Plenário da Casa, uma vez que dispõe sobre sessão, e não sobre reunião. Ainda assim, admitindo-se, por analogia, a aplicação desse dispositivo em Comissão, o requerimento teria que ser pautado previamente e, por óbvio, *(ininteligível)* reunião futura, e não em curso.

(Tumulto no plenário.)

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - V.Exa. não poderia iniciar a leitura do requerimento. Já havia uma questão de ordem.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - V.Exa., na hora certa, será respondida. V.Exa. será respondida na hora certa.

Estou na condução dos trabalhos.

Tome assento.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Presidente... Há questão de ordem, Presidente.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Eu estou em assento pedindo questão de ordem.



(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - A questão de ordem precisa ser lida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - O pedido de V.Exa. será acatado no momento certo.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - É questão de ordem! V.Exa. não pode negar questão de ordem!

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Eu estou em assento pedindo para fazer uma questão de ordem, e V.Exa. não pode ignorar isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Vamos dar sequência. Eu vou dar a palavra para que façam todas as questões de ordem regimentais em momento oportuno.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - O momento oportuno, de acordo com o Regimento, é este.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Eu já tinha anunciado o requerimento.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Não! Não tinha!

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Não tinha anunciado!

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Não tinha anunciado, Presidente.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Não faça isso, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Deputada Erika, eu respeito V.Exa. Eu peço que V.Exa. respeite esta Presidência.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Eu respeito V.Exa. também, desde que V.Exa. não fira o Regimento. Eu o respeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Nunca o feri, não estou ferindo.

V.Exa. tem o hábito de tumultuar as sessões. Respeite esta Presidência!

(Tumulto no plenário.)

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - O que é isso?

(Tumulto no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Vou ouvir V.Exa.



O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - A questão de ordem foi pedida antes da leitura do requerimento, Presidente. Está evidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Vou assegurar a palavra a V.Exa. após a leitura do requerimento.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Sr. Presidente, o art. 36...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Deputada Maria do Rosário, eu vou ouvir todos os Parlamentares.

O requerimento do Deputado Glauber Braga está sendo indeferido, com o seguinte fundamento: o art. 117, inciso V, do Regimento Interno é disposição própria do Plenário da Câmara, e não da Comissão, uma vez que dispõe sobre sessão e não sobre reunião.

Assim, admitindo-se por analogia a aplicação desse dispositivo em Comissão, o requerimento teria que ser pautado previamente e, por óbvio, referir-se à reunião futura, e não à reunião em curso, como ocorre no Plenário. O requerimento jamais pode referir-se à reunião que já foi convocada e está em andamento.

Portanto, declaro prejudicado o requerimento, nos termos do art. 164, inciso I, por perda de oportunidade, intempestividade, visto que não é possível deliberar na mesma reunião requerimento para que esta não se realize.

Então, o requerimento de V.Exa. está indeferido, está prejudicado.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Questão de ordem.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Quero fazer questão de ordem com base no art. 117, inciso V, sobre o mesmo requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Se V.Exa. quiser, pode recorrer. A decisão está tomada.

A Deputada Erika Kokay fez a questão de ordem?

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Eu não fiz a questão de ordem. Portanto, ainda não tenho a que recorrer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Qual é a questão de ordem, Deputada?

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Eu não fiz a questão de ordem.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Recolha as questões de ordem e depois as avalie.



O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Depois da Deputada Erika, eu me inscrevo para fazer a questão de ordem.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - A questão de ordem é com base no art. 41, que está respaldado, sustentado e apoiado no art. 117.

Aliás, Presidente, é bom que os procedimentos sejam feitos de acordo com o Regimento. Regimento é um pacto construído. O Regimento diz que, a qualquer tempo, os Líderes ou os demais membros de uma Comissão têm o direito de fazer questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Qual é a questão de ordem de V.Exa., Deputada Erika Kokay? Qual é o dispositivo?

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - É com base no art. 41 e no art. 117.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Qual é o inciso, Deputada? V.Exa. está tratando de quê, Deputada?

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Eu posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - V.Exa. fundamenta, e eu lhe asseguro a palavra.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Ou V.Exa. quer me pôr uma mordança também? Não vai conseguir!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Não, Deputada, V.Exa. não vai dirigir os trabalhos desta Comissão. Qual é o fundamento, Deputada?

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - O art. 41 estabelece as prerrogativas de Presidentes de Comissão. No art. 41, em nenhum momento — olhem que eu tive um apuro na investigação...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Deputada, qual é a questão de ordem?

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Eu estou falando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Não, Deputada, V.Exa. não vai fazer discurso aqui. Qual é a questão de ordem?

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - No art. 41, Presidente, em nenhum momento, está dito que cabe ao Presidente de uma Comissão, de forma monocrática, solicitar a sua prorrogação. O art. 117 diz — por isso, eu me baseio nos dois artigos...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Deputada, esta matéria não está em debate na Comissão.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Está em debate, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Não está em debate. Não faz parte da Ordem do Dia.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Está em debate! Está em debate!

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Qual é a próxima questão de ordem, Deputado Glauber Braga?

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Presidente, a Deputada tem 3 minutos para...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Qual é a questão de ordem, Deputado?

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Eu vou fazer a questão de ordem. V.Exa. tem que me dar os 3 minutos para eu fazer a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Deputada Erika, V.Exa. não vai tumultuar a sessão.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Eu não a estou tumultuando. Quem está tumultuando-a é V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Quando V.Exa. tiver razão, terá a palavra.

Deputado Glauber Braga, V.Exa. tem a palavra.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Peço-lhe o tempo de 3 minutos para eu proferir a minha questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Não, eu não vou abrir a palavra para quem quer procrastinar.

Qual é a sua questão de ordem, Deputado Glauber?

(Não identificado) - Não houve questão de ordem.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Presidente, questão de ordem com base no art. 117, inciso V, do Regimento Interno.

V.Exa. apresentou uma justificativa de não acatamento do requerimento.



O art. 117 diz:

Art. 117. Serão inscritos e dependerão de deliberação do Plenário os requerimentos não especificados neste Regimento e os que solicitem:

V - não realização de sessão em determinado dia.

V.Exa. utilizou como justificativa para não acolhimento do requerimento a temporalidade, como se o requerimento não tivesse sido apresentado previamente.

Presidente, o requerimento foi apresentado previamente, ao início da realização da Ordem do Dia. O requerimento não tem que ser apresentado previamente, 24 horas, 48 horas ou 72 horas depois. Ele tem que ser apresentado antes do início, para que a sua deliberação seja realizada.

Então, a questão de ordem que eu faço a V.Exa. é que se acate o que está instituído pelo art. 117, inciso V.

Outro argumento utilizado por V.Exa. é o de que essa matéria diz respeito especificamente ao Plenário da Câmara dos Deputados. Todos sabem que, se vale para mais, vale para menos. O Plenário é a maior expressão de representação da Câmara dos Deputados. Se vale no Plenário, por analogia, vale necessariamente também para as Comissões. Então, essa praxe de não aceitar um requerimento baseado em dois argumentos que não se sustentam não pode prevalecer nesta Comissão.

E já falo a V.Exa. — além de pedir que responda a esta questão de ordem —, que acho fundamental não censurar a questão de ordem de qualquer Parlamentar, porque a formulação do pensamento se dá quando há oportunidade de fazer isso no conjunto da matéria dos argumentos elencados. É muito ruim que V.Exa. tenha obstruído a possibilidade da formulação da questão de ordem da Deputada Erika Kokay, que tem o prazo de 3 minutos. É importante que esta Comissão respeite o período determinado para questões de ordem. Se a questão de ordem é de 3 minutos, eu tenho 3 minutos para concluí-la.

Diferente do que nós apresentamos a V.Exa., o Deputado Sóstenes apresentou aqui uma questão, que não era questão de ordem, querendo dirigir V.Exa. como Presidente dos trabalhos, dizendo-lhe que recolhesse todas aquelas



questões de ordem que fossem formuladas. Como é isso? Então V.Exa. as recolhe independentemente de saber do que se trata?

Peço a V.Exa. que atenda ao requerimento que foi apresentado, que o coloque em votação e que prepare a defesa. Aqueles que são contrários podem se manifestar, mas peço que V.Exas. o derrubem no voto, se quiserem, e não no tapetão. Peço a V.Exa. que o requerimento seja lido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Agradeço a V.Exa., Deputado Glauber.

É impossível votar um requerimento para que não se realize uma sessão que já está sendo realizada. A resposta a V.Exa. já foi dada. V.Exa. tem o direito de recorrer da decisão desta Presidência. Questão de Ordem.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Eu recorro da posição de V.Exa.

Faço recurso no entendimento de que esta Comissão, infelizmente, já começou atropelando qualquer possibilidade de seguir o Regimento e a ordem legal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Agradeço a V.Exa.

Há requerimentos para análise e para votação.

Deputada Erika, eu vou anunciar os requerimentos que há para deliberação. Na sequência, se V.Exa. tiver questão de ordem, eu a ouvirei.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - A Deputada Alice Portugal havia pedido a palavra antes. Vou ouvi-la e, na sequência, decidirei sobre os requerimentos que estão sobre a mesa.

Qual é a questão de ordem de V.Exa.? Qual é o dispositivo que fundamenta?

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - É um dispositivo constitucional. Estou baseada no art. 205, no Capítulo da Educação, e lastreada na LDB. O parecer substitutivo do Relator foi apresentado e pretensamente será lido nesta sessão.

Refiro-me aos pressupostos constitucionais que não foram avaliados, embora esta Comissão Especial tenha autoridade para fazê-lo, com base na Carta Constitucional, que diz no art. 206:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:



I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino.

Eu evoco a Constituição Federal, que está acima inclusive da LDB, que não é apenas uma lei, é um código educacional, promovido por mais de 900 emendas de especialistas de todo o País.

Eu tenho 3 minutos. Contenha a sua ansiedade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - V.Exa. só não tem uma questão de ordem. Qual é a questão de ordem de V.Exa.? V.Exa. está entrando no mérito.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Eu tenho uma questão de ordem e vou proferi-la. O texto constitucional está rasgado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Deputada Alice Portugal, questão de ordem é sobre aspectos formais, não é sobre mérito.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Desculpe-me, Deputada. V.Exa. conhece o Regimento.

Vamos passar à apreciação dos requerimentos que estão sobre a mesa.

Há três requerimentos de inversão da ordem dos trabalhos, um da Deputada Erika Kokay, outro do Deputado Glauber Braga e outro da Deputada Professora Marcivania.

Passo a decidir sobre os requerimentos que estão sobre a mesa.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Inversão da ordem dos trabalhos.

Devolvo aos autores os requerimentos de inversão da ordem dos trabalhos, que pretendem colocar o expediente antes da ata, por considerá-los antirregimentais, nos termos do art. 137, § 1º, III, "c", do Regimento Interno.



Faço isso considerando que o § 1º do art. 50 do Regimento prevê expressamente que a ordem estabelecida no *caput* do artigo poderá ser alterada para tratar de matéria em regime de urgência, de prioridade ou de tramitação ordinária.

Os requerimentos apresentados, ao contrário do que prevê o Regimento, pretendem tratar primeiro do expediente e não da matéria que está pautada. Portanto, são antirregimentais.

Ademais, é da lógica do processo legislativo priorizar a matéria propriamente dita e não elementos administrativos ou informativos da reunião, como é o caso da ata e do expediente.

Corroborar ainda este entendimento a Questão de Ordem nº 45, de 2007, quando afirma o seguinte: *“Diante de todo o exposto, considero possível a inversão da pauta no âmbito das Comissões para que matérias que figurem na Ordem do Dia sejam apreciadas antes da discussão e votação da ata de reunião anterior ou antes da leitura do expediente”*.

Assim, nego provimento ao recurso.

No mesmo sentido, devolvo também à autora o requerimento de inversão que pretende definir a Ordem do Dia com Ata, Expediente e Ordem do Dia, tendo em vista que essa já é a ordem estabelecida pelo art. 50 do Regimento.

É a decisão.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Questão de ordem.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, eu recorro e faço uma nova questão de ordem, com base no art. 50.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - V.Exa. apresente o recurso, que será apreciado na instância própria.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Questão de ordem.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - É uma questão de ordem com base no art. 50.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Qual é a questão de ordem, Deputada Erika Kokay?

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - São inúmeras questões de ordem, mas eu vou me referir ao art. 117 e ao art. 50.

Faço uma questão de ordem baseada no art. 117, frente à resposta de V.Exa. a uma questão de ordem que fiz acerca do prazo — já extinto — de funcionamento desta Comissão.

Portanto, V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Deputada Erika, essa matéria é vencida.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Art. 50.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Esta Presidência não vai reapreciar matéria vencida.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Art. 50.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Deputado Glauber, qual é a questão de ordem?

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Presidente, é o art. 50, § 1º...

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - É questão de ordem com base no art. 117.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - V.Exa. também não me deixa falar. É o art. 50.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Questão de ordem.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - ...combinado com a Questão de Ordem nº 45, de 2007.

Presidente, foi V.Exa. que preparou essa resposta para inviabilizar o requerimento? Porque a Questão de Ordem nº 45, de 2007, é idêntica à argumentação feita por V.Exa., só que a conclusão é exatamente o contrário: *“Diante do exposto, considero possível a inversão da pauta no âmbito das Comissões para que matérias que figurem na Ordem do Dia sejam apreciadas antes da discussão e votação da ata da reunião anterior ou antes da leitura do expediente”*.



A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - O art. 117 é claro: cabe ao Plenário deliberar a inversão, e não a V.Exa.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Presidente, é a mesma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Essa matéria é vencida, Deputado Glauber.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Não, Presidente! Vencida, não! Já existe uma questão de ordem na Casa.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - A questão de ordem é com base no art. 117.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Deputado Glauber, eu não vou discutir com V.Exa. O requerimento de V.Exa. é justamente o contrário, pondera...

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - É questão de ordem conforme art. 117, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Deputada...

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Alice Portugal, Líder do PCdoB.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Deputada Alice Portugal, qual é a questão de ordem?

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - A questão de ordem é com base no art. 117.

Art. 117. Serão escritos e dependerão de deliberação do Plenário os requerimentos não especificados neste Regimento e os que solicitem.

O inciso XVI diz que a inversão terá que se dar por votação no plenário da Comissão, e não por decisão discricionária de quem a preside.

Essa inversão foi realizada por V.Exa., monocraticamente, que desligou os microfones dos Deputados desta Comissão e ignorou a pluralidade de ideias em matéria polêmica como essa.

Faço aqui o recurso, conforme art. 117, inciso XVI.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Sr. Presidente, eu quero lhe pedir...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Agradeço a V.Exa.



Vou responder ao Deputado Glauber Braga a questão...

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Sr. Presidente...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Responda à questão de ordem.

Responda!

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Se V.Exas. não interromperem a Presidência, eu vou responder ao Deputado Glauber.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Mas V.Exa. não nos deixa falar, Presidente. V.Exa. está cortando...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - V.Exa...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Eu quero fazer outra questão de ordem.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Deputado Glauber, V.Exa. faz uma ponderação correta. O requerimento suscitado por V.Exa. quer que matéria passe na frente, e não expediente. V.Exa. quer o contrário, quer que passe na frente o expediente. Não é esse o objeto permitido no Regimento, fruto daquela questão de ordem.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - V.Exa. pode recorrer.

(Não identificado) - Dê continuidade, Sr. Presidente. Recolha as questões de ordem apenas.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Eu recorro da decisão de V.Exa...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Questão de ordem, Presidente.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - O Delegado *(ininteligível)* quer dirigir a sessão.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - ...porque essa decisão é flagrantemente ilegal e vai contra questões de ordem pretéritas. Recorro da decisão de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Está assegurado o...

(Não identificado) - Sr. Presidente, continue...



A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - *(Ininteligível)* grudado na minha cabeça, quando eu estiver falando. Quero todos lá atrás.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Vamos dar sequência...

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - V.Exa. pode me ajudar com isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Deputada... Deputada...

(Intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.)

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Eu quero pedir a V.Exa. que aquilo não fique ali.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Deputada Maria do Rosário, a segurança é que fez essa disposição.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Não, não, mas eu... Então, separe assim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Deputada Maria do Rosário, se fosse do outro lado...

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Não, mas eu não quero. Eu não concordo com aquela ideia. Não quero...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Está bem.

Vou dar sequência aos trabalhos.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Presidente, eu vou recorrer...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Deputada Maria do Rosário, V.Exa. está fora do microfone, cometendo uma descortesia com esta Presidência.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Mas por que eu tenho que ficar com aquilo ali atrás de mim todo o tempo, quando eu apareço na tela? Isso é um abuso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Deputada Maria do Rosário, V.Exa. pode usar o microfone e fazer o apelo.

(Tumulto no plenário.)

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - V.Exa. desliga os microfones.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Peço que o recurso apresentado tenha efeito suspensivo.



A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Eu vou fazer a minha questão, mas quero...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Não é aplicável efeito suspensivo em Comissão, Deputado Glauber, só no Plenário.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Já abre precedente.

(Não identificado) - É a pluralidade de pensamentos, Deputada Maria do Rosário.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Sr. Presidente, dê-me a palavra. É uma questão razoável que estou pedindo a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Deputada Maria do Rosário, V.Exa. tem uma questão de ordem?

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Eu tenho uma questão razoável a fazer a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Eu peço ao pessoal do sistema de som que o aumente.

Deputada Maria do Rosário, concedo 1 minuto a V.Exa.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Muito obrigada, Sr. Presidente. Eu quero pedir...

O SR. DEPUTADO JOSUÉ BENGTON - Sr. Presidente, quero fazer apenas um pedido: não tumultuem o auditório. As pessoas que estão assistindo à reunião não podem usar da palavra e fazer esse barulho todo.

(Intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Tem a palavra a Deputada Maria do Rosário.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Eu vou inclusive concordar com o meu colega. Não sei qual é seu voto, mas o que quero dizer é que não quero, quando eu estiver falando — e tenho certeza de que o colega não quer, quando estiver falando —, barulho e muito menos um cartaz de posição com a qual não concordo colado em mim. Então, eu gostaria que os cartazes ficassem lá, porque isso é ruim.



O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Mas isto é o que V.Exas. fazem, Deputada: colocam cartazes atrás de nós.

(Intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Está bem. Eu vou pedir à segurança que observe quem está com cartaz para que...

(Intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Não, eu não vou pedir para tirar. Eu vou pedir que ninguém aproxime cartaz dos Parlamentares. Se a segurança observar que isso aconteceu, peço que retire quem estiver fazendo dessa maneira.

(Intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Agradeço a V.Exa.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Questão de ordem, conforme art. 24.

(Intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Conforme acordado no início dos trabalhos, no sentido de que a ata seria disponibilizada antecipadamente na página da Comissão e que, por esse motivo...

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Presidente Marcos Rogério, conforme art. 24...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Deputada, eu vou seguir com os trabalhos.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Por favor, é uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Depois da ata.

(Tumulto no plenário.)

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Não, V.Exa. desconheceu minha questão de ordem...

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Conforme acordado no início dos trabalhos de que a ata seria disponibilizada antecipadamente na página da Comissão e que por isso mesmo seria dispensada a sua leitura... *(Manifestação no*



plenário: Não!), considerando ainda que foi disponibilizada há mais de 30 dias e encaminhada ao gabinete no dia 29 de junho de 2018 e que, além disso, se encontram cópias sobre as bancadas desde a abertura do painel, dispense a leitura e indago se há alguma retificação a fazer.

(Tumulto no plenário.)

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - O que é isso, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Há ou não?

(Tumulto no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Por favor! Por favor!

(Tumulto no plenário.)

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Não pode ser assim.

(Não identificado) - Peço dispensa da leitura da ata. *(Manifestação na plateia.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - V.Exas. tomem seus lugares.

Peço que todos tomem seus lugares, por favor.

Deputada, se V.Exas. estivessem participando dos debates desta Comissão desde o começo, saberia que esse foi um acordo de procedimento desde o começo.

Deputada, por favor.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Leitura da ata é regimental.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Por favor. Eu vou suspender a votação. Eu estou pedindo para vocês...

(Tumulto no plenário.)

O SR. DEPUTADO RICARDO IZAR - Sr. Presidente, não deixe acabar a reunião. Coloque ordem aí. Na época da escola, S.Exas. comportavam assim também?

(Não identificado) - Sr. Presidente, isso é estratégia para acabar a reunião.

(Não identificado) - Vamos votar, vamos votar. Quem tem voto vota, quem não tem vai embora.

O SR. DEPUTADO RICARDO IZAR - Deputada Erika, na época da escola, V.Exa. se comportava assim também?



(Não identificado) - A gente vota e depois eles vão reclamar no STF. Vão reclamar no STF de qualquer jeito.

Vão lá reclamar para o Gilmar Mendes!

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA - Vamos votar, Sr. Presidente. A democracia não se faz no grito. A democracia é no voto. É o voto, não é o grito.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Sr. Presidente, chame a equipe médica para o Deputado Glauber e para a Deputada Erika, porque estão muito nervosos.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Leitura da ata é regimental.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Eu acho, na verdade, que quem busca votar a qualquer custo, sem debate, são aqueles que defendem essa violência contra a escola, contra a educação, contra os educadores...

O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO - A Deputada da Odebrecht está falando, Presidente. A Deputada da Taurus está falando, Presidente.

(Não identificado) - Bolsonaro corrupto! Bolsonaro Friboi, cale a boca!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Leitura da ata da 28ª reunião ordinária.

É lido o seguinte.

Ata da 28ª Reunião Ordinária

Realizada em 8 de maio de 2018

Às dezesseis horas e dois minutos do dia oito de maio de dois mil e dezoito, reuniu-se a Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 7.180, de 2014, do Sr. Erivelton Santana, que "altera o art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996" (inclui entre os princípios do ensino o respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, dando precedência aos valores de ordem familiar sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa), e apensados, no Anexo II, Plenário 11 da Câmara dos Deputados, com a PRESENÇA dos (as) Senhores (as) Deputados (as) Marcos Rogério —



Presidente; Pastor Eurico, Lincoln Portela e Hildo Rocha — Vice-Presidentes; Flavinho — Relator; Alan Rick, Antonio Bulhões, Bacelar, Glauber Braga e João Campos — Titulares; Arnaldo Faria de Sá, Átila Lira, Izalci Lucas, Joaquim Passarinho, José Carlos Aleluia, Pr. Marco Feliciano e Sóstenes Cavalcante — Suplentes. Compareceram também os Deputados Carlos Henrique Gaguim e Weliton Prado, como não membros. Deixaram de comparecer os Deputados Darcísio Perondi, Delegado Francischini, Eduardo Bolsonaro, Fábio Sousa, Jefferson Campos, Josué Bengtson, Paulo Freire, Paulo Pimenta, Pedro Uczai, Pompeo de Mattos, Professora Marcivania, Ricardo Izar e Rogério Marinho. ABERTURA: Nos termos regimentais, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, esclarecendo que o objetivo da reunião era a apresentação do parecer do relator. EXPEDIENTE: Não houve. ATA. Em votação, foram aprovadas as atas da 24ª, 25ª, 26ª e 27ª reuniões, ocorridas respectivamente nos dias 14/03/2018, 04/04/2018, 10/04/2018 e 17/04/2018. ORDEM DO DIA: O presidente passou a palavra ao Relator para apresentação de seu parecer. Usaram da palavra os Deputados João Campos, Joaquim Passarinho e Sóstenes Cavalcante. O Presidente deu as informações de praxe quanto ao prazo de emendas. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos às dezessete horas e vinte e quatro minutos. E, para constar, o Secretário Paulo Novais lavrou a presente Ata, que, por ter sido aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Marcos Rogério, e publicada no Diário da Câmara dos Deputados. O inteiro teor foi gravado, passando o arquivo de áudio



correspondente a integrar o acervo documental desta reunião.

Feita a leitura da ata.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Sr. Presidente, peço retificação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - O Deputado que desejar retificar a ata terá o tempo de 1 minuto, devendo indicar pontualmente a retificação que deseja. Serão acatadas somente as retificações que atendam ao disposto no art. 63 do Regimento.

Para retificação, tem a palavra o Deputado Glauber.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - A primeira retificação se dá depois do expediente, onde se diz “*Não houve*”, e logo depois, “*ata*”. Ali está: “*Em votação, foram aprovadas as atas da 24ª, 25ª, 26ª e 27ª reuniões*”.

A solicitação que faço a V.Exa., Sr. Presidente, e à Mesa é que disponibilize as atas da 24ª, 25ª...

(Tumulto no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - O Deputado Glauber tem a palavra.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Sr. Presidente, eu vou usar os meus 30 segundos para dizer aos demais Parlamentares que esse tipo de manifestação de carinho não me afeta. Fiquem à vontade.

...24ª, 26ª e 27ª reuniões como avulso a ser apresentado nesta Comissão, para que possamos verificar se é o caso de aprovar ou não essa ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Deputado Glauber, respondendo a V.Exa., toda ata é publicada na página da Comissão e essa, especificamente, foi encaminhada ao *e-mail* dos gabinetes de cada um de V.Exas.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Ainda bem que V.Exa. fez a leitura hoje.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Sr. Presidente, peço a palavra para retificação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Deputada Alice Portugal, qual é a retificação de V.Exa.?



A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Sr. Presidente, “Art. 63. *Lida e aprovada, a ata de cada reunião da Comissão será assinada pelo Presidente e rubricada em todas as folhas — portanto, isso é físico, não é digital — (...) data, hora e local da reunião*”. Mas, expressamente, a retificação que solicito são os nomes dos membros presentes em cada uma das atas lidas aqui por V.Exa., dos presentes e dos ausentes, com expressa referência às faltas justificadas.

Faço esta solicitação de retificação com base no Ato da Mesa nº 66, de 2010, que dispõe sobre o registro de comparecimento dos Deputados. E esta retificação se dá, Sr. Presidente, porque, de fato, neste minuto que tenho a matéria é uma matéria polêmica...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Eu vou pedir que corrija o tempo: é 1 minuto, e não 3.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Evidentemente, eu estou correndo. Faltam 17 segundos. Eu não trapaceio.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Para retificar, Sr. Presidente.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Eu solicito a V.Exa. que siga rigorosamente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Quem V.Exa. gostaria de acrescentar que não está aí, Deputada?

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - ...que a Secretaria acrescente — cumpra — o parágrafo único...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Quem faltou na ata, Deputada?

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - ...inciso II do art.63.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Quem faltou na ata, Deputada?

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Não foi lida.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Foi lida! O senhor leu o nome de todos, Sr. Presidente!

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Cadê as notas justificadas?

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Eu não sei qual é o medo dos comunistas!



(Tumulto no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Deputada, V.Exa. não justificou. *(Pausa.)*

Deputada Erika Kokay, qual é a retificação?

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - O Delegado Plínio está nervoso.

O SR. DEPUTADO RICARDO IZAR - A Deputada tem que prestar mais atenção.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Não, o senhor é quem tem que ler o Regimento, conhecer e praticá-lo.

O art. 63, parágrafo único, inciso II, eu peço que seja *ipsis litteris* cumprido, e V.Exa. se recusa. Eu quero saber dos Deputados presentes, dos ausentes...

(Não identificado) - Está na ata! Está na ata! Já leu.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Não sabe ler, Deputada? Leia. Está na ata. Não lhe ensinaram isso na escola?

(Tumulto no plenário.)

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Gostaria que fosse assegurada a minha palavra, Sr. Presidente.

(Tumulto no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - A palavra está assegurada à Deputada Erika.

(Tumulto no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Eu vou pedir aos Deputados...

(Tumulto no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - A Deputada Erika está com a palavra.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - É retificação ou discurso, Sr. Presidente?

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Eu gostaria que as pessoas controlassem os seus arroubos fascistas e queria apenas que fosse retificado o seguinte aspecto: aqui se fala, como de praxe, que foram dadas as informações quanto ao prazo de emendas. Eu gostaria, apenas, para que não haja qualquer tipo



de dúvida, que venha sobrepor-se ao que está escrito na ata, que o prazo de emendas seja especificado, que seja retificado, para que nós tenhamos o prazo de emenda não apenas dito “*foi, como de praxe, informado um prazo de emendas*”, mas que seja colocado “*foi, como de praxe, informado que o prazo de emendas é este*” e seja especificado esse prazo de emendas.

É a retificação que faço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Deputada Erika, no art. 63 não está prevista essa informação. Além do mais, está no acervo digital desta Comissão, nas gravações, portanto, não há o que retificar.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Vamos prosseguir, Sr. Presidente.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - E qual é o problema em colocar na ata?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Não está previsto. Não é regimental.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sim, mas qual é o problema?

(Não identificado) - Vamos em frente, Sr. Presidente. Vamos em frente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Vamos em frente.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Vamos prosseguir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Em votação a ata.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - O senhor tomou uma série de posições que não estão previstas no Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Aqueles que a aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Está aprovada a ata.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Sr. Presidente, peço verificação.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Sr. Presidente, peço verificação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Não tem verificação em ata, Deputado.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - V.Exa., Sr. Presidente...



O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Se teve votação, pode ter verificação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Expediente.

(Tumulto no plenário.)

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Eu vou recorrer, porque V.Exa. não respondeu à minha questão de ordem.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - E olhe, Sr. Presidente, que ela é antiga aqui. Isso é uma vergonha!

(Tumulto no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Dou como lidas as alterações na composição da Comissão por estarem consolidadas na página da Comissão.

A Secretaria recebeu documento do Conselho Federal de Fonoaudiologia, que foi publicado na página da Comissão, com posicionamento contrário ao Projeto de Lei nº 7.180, de 2014.

Foram recebidas justificativas de ausência da Deputada Profa. Marcivania, referentes às reuniões dos dias 14/03, 04/04, 17/04 e 08/05 de 2018.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Ordem do Dia.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Questão de ordem. Questão de ordem.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Questão de ordem, art. 117.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Ordem do Dia.

A lista de inscrições para esclarecimento quanto à discussão da matéria...

(Não identificado) - Prossiga, Sr. Presidente.

(Tumulto no plenário.)

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Questão de ordem, art. 117.

(Tumulto no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - A lista de inscrição para discussão da matéria encontra-se à disposição dos Srs. Deputados na mesa de apoio. Os Deputados que desejarem se inscrever deverão fazê-lo pessoalmente antes do início da discussão.

(Tumulto no plenário.)



(Não identificado) - Sr. Presidente, o Expediente.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Art. 114, questão de ordem.

(Não identificado) - Sr. Presidente, V.Exa. tem que ler o Expediente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Os Srs. Deputados terão a palavra na ordem...

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Questão de ordem, art. 117.

(Tumulto no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Deputados, estou falando o roteiro dos trabalhos.

Os Srs. Deputados terão a palavra na ordem de inscrição, alternadamente, contra e a favor do parecer. Após o início da discussão não é permitida a permuta de inscrições, conforme o art. 171, § 2º, e Questão de Ordem nº 110, de 2007.

O prazo para discutir a matéria é de 15 minutos para os membros da Comissão e para os Líderes e 10 minutos para os Deputados que a ela não pertençam, conforme o art. 57, inciso VII.

O tempo de Comunicação de Liderança só poderá ser somado ao tempo da discussão se for solicitado quando o Deputado for chamado pela ordem em que estiver inscrito.

Os Deputados que desejarem ler voto em separado deverão fazê-lo de acordo com a lista de inscrição e pelo prazo já indicado, não sendo permitido falar novamente.

Os autores de voto em separado que não estiverem inscritos deverão encaminhar seu voto à Secretaria para inclusão na publicação do avulso.

Os requerimentos de destaque poderão ser apresentados até o anúncio da votação, conforme o art. 162, inciso I.

Sobre a mesa requerimento de votação pelo processo nominal.

Encontra-se sobre a mesa requerimento da Deputada Erika Kokay de votação nominal do requerimento de retirada de pauta apresentado pela referida Deputada.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sr. Presidente, antes disso, eu gostaria de dizer a V.Exa. que alguns Deputados estão em pé.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Deputada Erika Kokay, V.Exa. tem a palavra para encaminhar assim que desejar.



O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Há Deputados que estão sem assento, Sr. Presidente. Eu gostaria de solicitar a V.Exa. que esta bancada seja disponibilizada aos Deputados, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - A segurança já está cuidando disso.

Com a palavra a Deputada Erika Kokay para encaminhar.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Primeiramente, nós estamos vivenciando uma sessão que tem completo acordo com os arroubos autoritários que estão em curso e que se tentam naturalizar neste País.

Nós estamos tendo, por parte da Presidência desta Comissão, um descumprimento dos artigos regimentais. Nós acabamos de ter um Expediente no qual não foi feita a leitura, o que fere o art. 114.

Nós temos a prorrogação desta Comissão feita não por requerimento aprovado pelo plenário desta Comissão, segundo o Regimento, mas por decisão monocrática do Presidente.

O Presidente, então, está se arvorando de grande defensor das mordagens neste País. E acostumado a defender e a tecer as mordagens que querem impor ao povo brasileiro, ele quer, de toda sorte, também amordagar os Parlamentares. E quer amordaçá-los rasgando este Regimento. V.Exa. hoje está rasgando este Regimento em vários aspectos. V.Exa. está fragmentando este Regimento.

Eu me pergunto: mas que lógica autoritária é essa que quer, de toda sorte, passar adiante, atropelando as normas democráticas que estão sendo efetivadas? Essa é a mesma lógica do Escola sem Partido, que, na verdade, não é escola sem partido, é a tentativa de amordagar educadores — uma gravidade imensa. Na época da ditadura se tentava amordagar também os educadores. Que medo o fascismo tem da educação! Que medo o fascismo tem das escolas que constroem a consciência crítica.

Educação não é a constatação de que os alunos são receptáculos vazios que devem engolir um conteúdo sem qualquer tipo de contestação e um conteúdo imposto de forma hierarquizada. A educação é diferente. E pensam esses que aqui estão, movidos por uma lógica dogmática, movidos por um fundamentalismo que busca anular o outro, que *“o outro só pode existir se for o meu espelho”*.



Querem amordaçar as escolas, porque as escolas existem e resistem enquanto espaços de diversidade para a construção de uma troca de saberes. Ou pensam esses que aqui estão que os alunos não têm saber, que os alunos não têm uma construção de uma forma de ver a vida?

Querem arrancar das escolas a discussão sobre os fenômenos humanos e querem que as escolas tenham ali pessoas que não pensam. Elas não estão sendo encaradas enquanto pessoas.

Na ditadura se colocavam representantes do próprio meio militar, do Estado para vigiar educadores, para tentar calar educadores, para fazer com que a escola não discutisse a realidade que o Brasil vivenciava.

Lembro-me de educadores que foram perseguidos. Ah, vamos nos lembrar de Paulo Freire, que foi condenado ao exílio porque ousou dizer que poderia eliminar o analfabetismo no Brasil. Eles nos querem analfabetos, analfabetos políticos, analfabetos dos fenômenos humanos. E vejam: os educadores eram perseguidos pelos representantes do Estado que se infiltravam dentro da sala de aula.

Mas o que quer esse projeto é mais cruel: transferir a função que era exercida pelos títeres e pelos profissionais da ditadura que vestiam botas e usavam as baionetas metafóricas para os alunos, e quer que os alunos destruam qualquer tipo de vínculo.

Educação é diálogo de gente; é diálogo de gente inteira. Ali não está um braço quebrado ou uma garganta inflamada. Ali estão pessoas que têm uma história, uma ancestralidade, são pessoas que precisam ser encaradas enquanto pessoas.

Apresentamos um requerimento para retirar esse projeto de pauta em nome da democracia, em nome da educação e em respeito aos educadores e educadoras deste País! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Para encaminhar contra, tem a palavra o Deputado Eduardo Bolsonaro, pelo prazo de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO - Eu não vou usar todo o tempo, não, Presidente.

Preliminarmente, tenho que dizer que eu jamais seria favorável a um requerimento de uma pessoa que incentiva a invasão de terras que resulta em mortes, como aconteceu com o fazendeiro Gilmar Borges.



Atentando agora ao requerimento, Sr. Presidente, nós orientamos o voto “não” por pensarmos que o Escola sem Partido vem exatamente no sentido de abrir o debate à pluralidade de ideias e não doutrinar os nossos alunos a adotar apenas uma corrente ideológica.

O voto é “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Agradeço a V.Exa.

Antes da votação...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Para orientar...

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Para orientar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Quais partidos desejam orientar? *(Pausa.)*

Como orienta o PT?

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Sr. Presidente, nós orientamos favoravelmente à retirada de pauta porque hoje o que observamos aqui é a busca por amordaçar professores, educadores e educadoras.

Mas chamo a atenção, sobretudo, dos pais e dos que defendem uma educação com qualidade. Aqui está sendo vetado às escolas o direito de trabalhar diferentes conteúdos, e o ódio está sendo incentivado dentro das escolas.

V.Exas. sabem que a proposta aqui é de um cartaz em cada sala de aula? Atrás do professor estará um cartaz incentivando os alunos a fazerem denúncias — mesmo falsas e absurdas.

Como é possível jogar alunos contra professores? Como é possível jogar pais contra filhos, jogar crianças contra aqueles que são responsáveis por elas?

Quem defende esse projeto está contra a educação e contra a liberdade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Algum outro partido quer orientar? *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO JOSUÉ BENGTON - O PTB orienta o voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - PTB, “não”.

Concedo a palavra à Deputada Alice Portugal, do PCdoB.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - O PCdoB gostaria de dizer, neste minuto que o Regimento nos concede, que a LDB no Brasil foi um projeto do Senador Darcy Ribeiro e foi a terceira Lei de Diretrizes e Bases da Educação.



Este País passou 200 anos sem escola. A escola que existia, quando o colonizador português aqui chegou, era uma escola de navegantes. Depois vieram as escolas dos jesuítas, as escolas da Companhia de Jesus, cuja arquitetura, quadrada com um pátio no meio, consta até hoje no interior do País.

Darcy introduziu uma visão laica, consolidou a visão laica; consolidou a liberdade de credo, lei de Jorge Amado; consolidou a possibilidade da diversidade científica, da perspectiva do desenvolvimento humano.

Esse projeto precisa ser retirado de pauta porque é perverso, atrasado e feudal.

O PCdoB encaminha “sim” à retirada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Concedo a palavra ao Deputado Pompeo de Mattos, do PDT.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, nós todos estamos levando ao extremo a radicalidade política, que está indo das mídias sociais e do Parlamento para dentro das escolas. Essa é a lição que o Parlamento vai oferecer aos nossos alunos, aos nossos professores?

Eu sou do tempo da escola em que respeitávamos o professor. O diretor tinha autoridade sem ser autoritário. É engano alguém achar que vai tolher a liberdade de pensamento. O livre pensar é só pensar. Basta pensar, que tu estarás livre para qualquer pensamento. Ninguém vai conseguir impedir isso.

Aliás, na ditadura prenderam muitos líderes, e eles diziam: *“Podem me prender. Podem prender meus livros também, mas o que está dentro da minha cabeça ninguém tira”*.

O voto é “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Tem a palavra o Deputado do Podemos.

O SR. DEPUTADO EZEQUIEL TEIXEIRA - O Podemos orienta “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Deputado Ricardo Izar, como vota o PP?

O SR. DEPUTADO RICARDO IZAR - Vou falar pelo Progressistas, Presidente, mas eu queria apresentar uma questão antes. Há manifestantes contrários e manifestantes favoráveis ao projeto. Como nós não estamos em Cuba,



podíamos deixar os manifestantes favoráveis à matéria levantarem o cartaz também, como os que são contrários.

O Progressistas orienta “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - O PP vota “não”.

Mais algum partido deseja orientar?

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - O PSD, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - A Minoria, Presidente.

O SR. DEPUTADO FÁBIO SOUSA - O PSDB, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - A Minoria, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Para falar pelo PSOL, tem a palavra o Deputado Glauber Braga. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - O PSD vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO FÁBIO SOUSA - O PSDB vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA - O PR quer encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Tem a palavra o Deputado Glauber Braga.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Aproveito este espaço de orientação para ler um trecho da *Carta Aberta em Defesa da Educação Democrática — Contra Projetos de Censura à Educação Nacional*:

As entidades, abaixo-assinadas, vêm se manifestar contrariamente à aprovação das propostas legislativas ligadas aos denominados Programa e Movimento Escola Sem Partido. Entendemos que estes projetos negam o direito dos alunos e das alunas do Brasil a uma educação democrática, comprometida com uma sociedade justa e igualitária. Os referidos movimento e programa insistem na defesa de que a família é a única responsável pela educação das crianças e dos jovens, e que a escola deveria se restringir a qualifica-los para o trabalho. Tal concepção entra em contradição direta com o art. 205 da



Constituição Federal, que afirma que a educação é dever conjunto do Estado e da família, sendo promovida com a colaboração da sociedade.

Mais de 500 entidades assinam esta carta aberta.

O PSOL orienta o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Eu vou seguir a ordem.

Todo mundo quer fazer a orientação.

Como orienta o PMDB? *(Pausa.)*

Como orienta o PSDB?

O SR. DEPUTADO FÁBIO SOUSA - Sr. Presidente, o PSDB orienta “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Como orienta o Democratas.

O SR. DEPUTADO ALAN RICK - O Democratas orienta “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Como orienta o PR? *(Pausa.)*

Como orienta o PSD? *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA - Sr. Presidente, só para ganhar tempo, registro, bem rápido, que a palavra “mordança” vem do latim, “*mordacia*”, que quer dizer tapar a boca para que a pessoa não morda ou não fale. Esse é o significado da palavra “mordança”. Estão querendo amordaçar os cristãos, que estão sendo vilipendiados... *(Manifestação no plenário)* Olhem aí! Eles estão sendo vilipendiados nas escolas.

Eu tenho 44 anos de pastorado batista e não sigo linhas radicais aqui, V.Exas. sabem muito bem. A questão é que os cristãos estão sendo amordaçados. Outro detalhe: que bom! Eu espero que com este projeto esses que estão lá fora também não nos mordam mais. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Chame o PSD, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Como orienta o PSB?

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Presidente, eu solicito que as ofensas...



O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Não. Falta o PSD, Sr. Presidente.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - ...aos presentes sejam retiradas da ata.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - E que o cristianismo não seja visto como propriedade de ninguém!

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - O voto do PSD é “não”.

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA - O Estado é laico e a palavra “cristianismo” não é palavrão!

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - O cristianismo não é propriedade de ninguém.

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA - A palavra “cristianismo” não é palavrão, e o Estado é laico!

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Eu estou dizendo que V.Exa. está chamando as pessoas de caninos!

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA - O Estado é laico!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Vamos seguir com a orientação.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Ninguém aqui está propondo morder...

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Falta o PSD, Sr. Presidente.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - ...pessoas de qualquer orientação religiosa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Eu vou pedir mais uma vez ao pessoal do som que aumente o volume, por favor.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Então, não temos mordedores neste plenário. Essa é a questão.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO - Só há cuspidores, mordedores, não. Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Vamos seguir com a orientação.



A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Não liguem o cristianismo a uma ou outra posição ou a qualquer religião.

O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA - Chame o PRB, Sr. Presidente.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - O cristianismo não é propriedade de ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Como orienta o PRB?

O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA - O PRB, Sr. Presidente, vota “não” e lamenta que uma matéria tão importante como esta...

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA - O voto do PR é “não”.

O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA - Não vai ser com gritos que vai se resolver se a matéria vai ser votada ou não.

Pediria à Oposição, quanto à aprovação da matéria, que tivesse só um pouco mais de paciência para que a população brasileira ouça os conceitos e os argumentos de todos. No final verão que nós temos razão, que escola sem partido é um bem para a família e para a população do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Agradeço a V.Exa.

Como vota o PROS?

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - V.Exa. pulou o PSD, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Eu chamei o PSD. V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Sr. Presidente, a proposta é clara, ela não põe mordaca, ela tira a venda dos estudantes perante as doutrinas que são colocadas.

Então o voto é “não”, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA - O PR vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - PR, “não”.

Como vota o PROS? (*Pausa.*)

Como vota o Solidariedade? (*Pausa.*)

Como vota o PSC? (*Pausa.*)

Como vota o PPS? (*Pausa.*)



Como vota o Patriota, Deputado Pastor Eurico?

O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO - Sr. Presidente, é claro que o Patriota vai dizer “não” à desgraça deste requerimento, que inclusive... *(Manifestação no plenário.)*

Sr. Presidente, escola sem partido significa não doutrinação partidária. Inclusive, dos partidos que estão aqui, só os esquerdopatas defendem essa desgraça.

Por isso nós votamos “não”, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO - Sr. Presidente, quero só registrar que o voto do PSL é “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Como vota o PHS? *(Pausa.)*

Como vota o PV? *(Pausa.)*

Como vota o PRP? *(Pausa.)*

Como vota a Minoria? *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO - Sr. Presidente, quero só registrar que o voto do PSL é “não”. Não está ali listado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - O PSL vota “não”.

Tem a palavra o Deputado Leo de Brito.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sr. Presidente, a Minoria é a favor da retirada de pauta desta matéria, o projeto chamado Escola sem Partido, mas que também pode ser chamado de lei da mordaza educacional, ou de AI-5 educacional, Deputado Glauber Braga.

Eu estava me recordando de que esta semana nós recebemos no Brasil a visita daquela menina afegã, a Malala. Em regime fundamentalista religioso do Afeganistão, ela foi proibida de ir à escola e sofreu um atentado.

Nós queremos uma escola livre, uma escola da pluralidade de ideias, não a escola da mordaza *(palmas)*, não a escola das viúvas da ditadura militar, em que alguns paus-mandados se encontravam dentro de sala de aula para saber o que os professores estavam falando.

É por isso que nós vamos retirar esta matéria de pauta, que é uma vergonha nacional.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - O Deputado Leonardo Quintão encaminha pelo PMDB.

O SR. DEPUTADO LEONARDO QUINTÃO - Sr. Presidente, o PMDB encaminha “não” ao requerimento.

Digo bem claro que a democracia é voto. Nós não estamos aqui para falar quem está certo ou quem está errado. Estamos aqui para defender a democracia. Estamos aqui para defender que as pessoas tenham também o direito de professar a sua fé. Falo isso não em nome do MDB, mas em meu nome, Deputado Leonardo Quintão.

Democracia é respeitar todos, inclusive quem tem fé, inclusive quem quer proclamar a sua fé. Eu tenho visto, sim, Sr. Presidente, a intolerância no Brasil — V.Exa. tem a sua fé cristã, como eu tenho a minha, sou presbiteriano —, a pessoa não poder proclamar a sua fé onde ela está.

Então, Sr. Presidente, eu acho que é importante nós caminharmos aqui com respeitabilidade. Digo a V.Exa. que o voto é soberano. Eu tenho certeza de que, se respeitarmos aqui as individualidades, se respeitarmos a democracia, nós vamos avançar.

O MDB vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Agradeço a V.Exa.

Como vota a Oposição?

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Eu penso que um dos piores crimes que se pode cometer contra o pensamento humano é tentar distorcê-lo e se apropriar do que não lhe pertence. Existem várias formas de religião, várias religiões, e todas elas devem ser respeitadas. Existe a laicidade do Estado. O Estado é laico exatamente para assegurar a liberdade de credo. O Estado é laico exatamente para que seja de todas e de todos, até porque democracia pressupõe respeito aos direitos das minorias. Se não se respeita o direito das minorias, nós não temos uma democracia. Ainda que o País seja cristão, é preciso respeitar outras formas de se relacionar com o divino, para que nós vivamos uma democracia.

Portanto, o que está se propondo aqui é um atentado ao desenvolvimento da inteligência e ao conhecimento, porque o conhecimento pressupõe consciência crítica.



Por isso, nosso voto é “não”. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Como vota o Governo?
(Pausa.)

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Nosso voto é “sim”. É “sim”.
(Manifestação no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Como vota o PEN?
(Pausa.)

Como vota a REDE? *(Pausa.)*

Como vota o PTdoB? *(Pausa.)*

O PSL já encaminhou.

Como vota o PPL? *(Pausa.)*

Como vota o Avante? *(Pausa.)*

Em votação.

As Srs. Deputadas e os Srs. Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Peço verificação, Presidente.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Verificação. O PT muda o voto para “obstrução”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Verificação...

Rejeitado.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Aprovado. Presidente, por contraste, foi aprovado.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Verificação. O PT muda o voto para “obstrução”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Verificação concedida.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Mas qual foi o resultado, Sr. Presidente?

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - A maioria dos Deputados permaneceu como se achava.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - O PT muda o voto para “obstrução”.

A Minoria está em obstrução. A Oposição está em obstrução.



O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - O PSOL altera a orientação para “obstrução”.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Obstrução.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - O PCdoB está em obstrução.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - O PT está em obstrução.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - O PCdoB está em obstrução.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Não à mordça!

(Não identificado) - O Patriota mantém o voto “não”.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - O PSOL altera a orientação para “obstrução”.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - A Minoria está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Está iniciada a votação pelo processo nominal.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - A Minoria está em obstrução. Registre, por favor, no painel.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - O PSOL já alterou sua orientação para “obstrução”.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - O PT está em obstrução.

(Não identificado) - Não foi liberado, não, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Se não mudar a orientação no painel, Presidente...

(Não identificado) - Vamos liberar, Sr. Presidente!

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Presidente, se não mudar a orientação no painel...

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Tem que haver a modificação no painel.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - O Deputado pastor Silas está solicitando a palavra para uma comunicação.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Presidente, se não mudar a orientação no painel, não cabe a votação. O partido não entra em obstrução, se V.Exa. não mudar no painel a orientação.



O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - O PSOL muda a orientação para “obstrução”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Peço ao pessoal técnico que faça a alteração...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - A Oposição está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - PDT, “obstrução”; PT, “obstrução”; PSOL...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - A Oposição está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Oposição, “obstrução”.

Com a palavra o Deputado pastor Silas Câmara.

O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA - Sr. Presidente, enquanto se vota nominalmente, quero aproveitar o momento para falar pelo nosso partido, o PRB. Quando encaminhei a votação, eu o fiz representando 21 Deputados Federais do nosso partido, todos com fé cristã, que acreditam nos princípios da família, da vida.

Quero dizer a V.Exa., Sr. Presidente, que eu acredito na democracia, como foi dito aqui pelo Deputado Leonardo Quintão, e que é possível matérias como esta serem votadas com transmissão ao vivo, para a população brasileira ver como é que se comportam as pessoas que acreditam, ou não, que respeitar a família, que respeitar o próximo, que respeitar os que pensam de modo diferente não é, de fato, tumultuar a sessão.

É possível todos ouvirem com atenção. Todos vão perceber que o que nós vamos colocar aqui é apenas ponto de vista e que, ao final, vamos votar e consolidar o nosso ponto de vista com o voto que vai dizer se a matéria deve ou não ser aprovada.

Tem sido assim em todo esse histórico democrático e de redemocratização no País. O que queremos, na verdade, é apenas que vejam o nosso ponto de vista e o nosso voto.

Portanto, Sr. Presidente, eu parablenizo V.Exa. pela condução dos trabalhos.

Quero apenas fazer um apelo: que esses que estão gritando ouçam com atenção os pontos de vista — quem sabe, talvez até se convençam de que os nossos pontos de vista são os mesmos pontos de vista deles, mas ao contrário —,



porque a democracia deve se dar a partir da manifestação do voto e também daquilo que é falado como conceito com base no que nós acreditamos.

O PRB reafirma o voto “não” ao requerimento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Obrigado, Deputado pastor Silas.

O SR. DEPUTADO RICARDO IZAR - Sr. Presidente, eu queria só fazer uma questão.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Sr. Presidente, posso usar da palavra por 2 minutos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - A Deputada Maria do Rosário tinha solicitado antes. Ouço V.Exa. na sequência.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Quem vai fazer questão de ordem? *(Pausa.)*

Posso continuar, então, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Tem a palavra a Deputada Maria do Rosário.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Sr. Presidente, se votasse favoravelmente a esta matéria, eu estaria desrespeitando toda a história dos professores e professoras que tive, todos os educadores que tive, estaria desrespeitando a minha escola de magistério, o Instituto de Educação General Flores da Cunha, a Faculdade de Pedagogia, a pós-graduação, o mestrado, cada educador e educadora desde o ensino fundamental, porque esta matéria diz, no art. 3º, que, em cada sala de aula, na sala dos professores e em locais onde possam ser lidos por estudantes e professores, serão anexados cartazes, com no mínimo 70 centímetros de altura por 50 centímetros de largura, com fonte e tamanho compatíveis, para que esteja escrito ali o que pode e o que não pode o professor.

Eu confio nos professores. Quando uma mãe leva uma criança até a porta da sala, ela entrega a sua criança confiando naquela educadora. Eu não quero a desconfiança entre educadores e mestres, quero uma relação de confiança, de respeito.



Quero que os professores possam identificar crianças que sofrem violência. Eu, como professora, na minha sala de aula, por escutar meus alunos, tive a confiança deles para receber denúncias de violência que eles sofreram na comunidade, e infelizmente até em casa. Pude encaminhá-las e tive apoio.

Agora, se o professor não tiver liberdade para ouvir, se não puder ouvir quando uma criança é vítima de abuso sexual, porque ele não pode falar sobre aquilo, ele não pode falar sobre o corpo, se não puder falar sobre o que está acontecendo no mundo... Meu Deus! Eu me lembro dos meus mestres na campanha por eleições diretas. Eles diziam: *“É preciso lutar para votar em eleições para Presidente”*. Será que esses foram bons mestres, ou não? Foram.

Então, eu dedico o meu voto contra este projeto (*inaudível*) Escola sem Partido aos meus mestres e mestras, porque eles me ensinaram que a escola é lugar onde cada um pensa de uma forma e que é preciso haver respeito.

Eu creio que aqui os Deputados e Deputadas não estão respeitando os mestres. Eu quero colocar cartazes atrás dos Deputados e das Deputadas em cada Comissão, para que eles sejam pelo Estado laico, como está na Constituição, e jamais sejam por tentar incitar alguém a dizer que este é cristão e que aquele não é. (*Palmas.*) Muitos são cristãos, muitos são islâmicos, muitos são budistas. Tanto faz a religião!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Obrigado, Deputada.

(*Tumulto no plenário.*)

O SR. DEPUTADO RICARDO IZAR - Sr. Presidente, eu quero colocar uma questão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - O Deputado Ricardo Izar me pediu a palavra. Depois, na sequência, falará a Deputada Erika Kokay.

O SR. DEPUTADO RICARDO IZAR - Quero só fazer uma pergunta a V.Exa. Quando o Deputado vota obstrução, ele não conta para efeito de quórum. Mas, para pedir verificação, não é preciso estar presente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Precisa.

O SR. DEPUTADO RICARDO IZAR - Então, quem pediu verificação tem que votar, não é? Ou não?



O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. Presidente, não. A obstrução é o quê? É um instrumento regimental.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Não, a orientação é de que, nas Comissões, se o Deputado está em obstrução, não há necessidade.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Presidente, com todo o respeito ao Deputado Ricardo Izar, que já está há quatro mandatos aqui. S.Exa. ainda não sabe disso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Obrigado, Deputado Ricardo Izar.

Tem a palavra a Deputada Erika Kokay.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Eu acho que a Deputada Maria do Rosário tem razão. Esse projeto, além de qualquer coisa — é por isso que sempre votamos “não” à mordaza —, é um desrespeito para com os educadores. Eles acham que o conteúdo se preserva. Quando o outro não tem o direito de contextualizá-lo, nem um conteúdo se preserva. A inteligência humana é construída a partir do diálogo, a partir do outro e não negando o outro.

Quem são esses que acham que são os únicos que defendem Cristo? Quem são esses que acham que a Bandeira Nacional lhes pertence? Eu digo que nós não queremos mudar a cor da Bandeira Nacional. Queremos que esta sociedade aceite todas as cores, porque a humanidade tem várias cores.

Um grande teórico do final do século XIX já dizia que conseguimos ver o orvalho por todas as cores da natureza e que não podemos ser vistos — nós, os seres humanos — apenas com uma cor, a cor cinza.

Que intenção é essa de manipular as pessoas? As pessoas não são massa para serem moldadas, para lhes terem negada a própria consciência do saber, negada a discussão da sua própria realidade.

Nós nos tornamos humanos na liberdade e não nas mordazas. E alguns buscam justificar as mordazas e assumem que as defendem. Eles dizem que as mordazas são para impedir as mordidas. Querem calar o outro, calar e silenciar, como buscam silenciar as mulheres, dominá-las, dominar o querer e o saber delas.



Por isso, votaremos sempre “não” às mordanças, sempre “não” àqueles que buscam desqualificar a democracia e a liberdade, bem como atacar os educadores e as educadoras. Respeitem os educadores e as educadoras deste País! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Obrigado, Deputada Erika. Vamos aguardar o quórum.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Vamos votar! Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Tem a palavra a Deputada Alice Portugal. (*Pausa.*)

Eu vou pedir a compreensão dos Parlamentares. Eu estou concedendo a palavra neste momento, o que não é obrigatório fazer, de acordo com o Regimento, e vou fazê-lo até que nós alcancemos o quórum. Esclareço isso para que, depois, ninguém reclame alegando que eu não passei a palavra.

Tem a palavra a Deputada Alice Portugal.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Presidente, em primeiro lugar, eu gostaria de dizer que tenho compreensão sobre a liberdade religiosa. Venho de um Estado que tem diversidade enorme, com católicos, evangélicos, pessoas que praticam o culto afro-brasileiro, de matriz africana, pessoas com religiões das diversas matrizes e dos diversos matizes. Nós temos diversas religiões. A Bahia, inclusive, tem a circunstância cultural do sincretismo, que foi uma forma de resistência do povo negro. Então, sem tolerância religiosa, nós não teríamos um tecido pacificado, não teríamos um tecido harmônico.

Evidentemente, eu, que me dirijo à sociedade, quero dizer que a escola Anísio Teixeira já afirmou que a escola não é só um espaço de repasse de conteúdo, Deputado Flavinho, mas também um centro de vivência. E nós entendemos que é impossível que uma merendeira de uma escola observe que uma criança que come em excesso parou de comer e não procure uma coordenadora pedagógica para lhe dizer: “*Olha, isso pode ser um caso de abuso sexual intrafamiliar*”, já que muitos casos de abuso foram assim diagnosticados. Mas isso é considerado ideologia de gênero!

O tema da gravidez na adolescência não vai poder ser tratado porque é considerado ideologia de gênero! Ensinar a menina, ensinar o menino que é necessário ter maturação sexual e tranquilidade para escolher é considerado



ideologia de gênero! E a religião? A religião é algo de foro íntimo! A família, a convivência individual levará à escolha, e não a escola. Essa deverá se abster desse mister. A escola deverá se abster. Essa é uma decisão íntima da família. Como o professor irá definir a forma de pensar do aluno nessa circunstância?

Então, este é um projeto absurdo, que nós não devemos levar a termo.

O SR. DEPUTADO RICARDO IZAR - Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pastor Eurico) - O Deputado Pedro Uczai está com a oportunidade. Logo após, terá a palavra o Deputado Glauber.

O SR. DEPUTADO RICARDO IZAR - Para uma questão de ordem, Presidente.

Ele tem que registrar presença.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pastor Eurico) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO RICARDO IZAR - A Questão de Ordem nº 200, de 2012, diz o seguinte: se um Deputado usar a palavra, será registrada a sua presença, mesmo que esse Parlamentar esteja em obstrução. Então, como o Deputado Glauber Braga se dirigiu a mim no microfone, a presença dele tem que ser registrada.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Eu gostaria de contraditar.

Deputado Ricardo Izar... Sempre há contradita! Sempre há contradita!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pastor Eurico) - Deputado Glauber, a presença é diferente do voto. Eu nunca vi isso aí.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Deputado Izar... Deputado Izar... Quem está orientando V.Exa. está orientando de maneira inadequada, Deputado Izar. V.Exa. tem que estudar mais o Regimento! A presença é uma coisa, e o voto em obstrução é outra coisa, Deputado Izar!

Não adiantou a primeira, teve que mandar a segunda? Pelo amor de Deus!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pastor Eurico) - Esta Presidência já havia anunciado o Deputado Pedro Uczai e o Deputado Glauber Braga. Então, já que havíamos anunciado, vamos manter a concessão da palavra. Depois, vamos encerrar.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu acho que este debate está expressando o pensamento, os valores e os interesses



subjacentes que existem neste momento histórico da sociedade brasileira. E aumenta, cresce a perspectiva autoritária, conservadora e reacionária que se expressou com o rompimento da democracia no País nos últimos 2 anos, a judicialização da política e a manifestação da violência no espaço escolar.

Essa escola de partido único, essa escola reacionária, essa escola fascista, essa escola não plural, essa escola não livre, essa escola não democrática que se tenta construir aqui reflete o pensamento de uma parte da sociedade brasileira que se expressa na violência — na violência simbólica, na violência física e na violência institucional. E se quer, no Estado brasileiro, constituir uma lei para expressar essa violência como uma forma de controle social e domesticação das classes sociais.

Portanto, no fundo, o que está em jogo aqui é algo que uma parte da sociedade quer, o setor que avança na perspectiva reacionária e autoritária, quando não fascista, e se expressa numa profunda violência, simbólica e física. Eles querem que o Estado cumpra o papel da violência sobre a democracia e sobre a liberdade de pensamento.

Não é por nada que um dos projetos da escola do partido único e do pensamento único, fascista e autoritário é quase uma cópia *ipsis litteris* do ato institucional de novembro de 1968, o AI-5. (*Palmas.*) É essa a expressão.

Por isso se congrega aqui um olhar teológico autoritário. Eu fiz 4 anos de teologia e tenho um pouco de autoridade para falar de teologia, de um deus plural, um deus dos pobres, um deus dos negros, um deus das mulheres, um deus dos camponeses, que não é o deus autoritário e fascista que está se formando nesse pensamento teológico. A teologia que se discute aqui é reacionária, uma teologia que não aceita um deus da pluralidade e da democracia, um deus da diversidade cultural, um deus que acolhe todos nesta sociedade democrática.

Portanto, o que está em jogo neste processo é o avanço de um pensamento reacionário, autoritário, que quer que o Estado brasileiro, não pela baioneta, mas por uma lei, obrigue o professor a ficar em silêncio ou a reproduzir o pensamento desse partido único, reacionário e autoritário. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Agradeço a V.Exa.

Já há número regimental.

Está encerrada a votação.



Vou proclamar o resultado: 16 votos “não”, nenhum voto contrário.

Está rejeitado o requerimento. (*Palmas.*)

Vamos dar prosseguimento à pauta.

Ficam prejudicados os demais requerimentos de retirada. Ficam prejudicados os demais requerimentos de votação nominal.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Os de retirada apenas. Há outros requerimentos de outra natureza.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Ainda há os de retirada de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Encontra-se sobre a mesa requerimento de quebra de interstício para se proceder ao pedido de verificação de votação, de iniciativa da Deputada Erika Kokay.

Declaro prejudicado esse requerimento, à luz do que dispõe a Questão de Ordem nº 565, de 2009. A rejeição do requerimento de votação nominal prejudica o requerimento de quebra de interstício.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Eu recorro da decisão, Presidente. V.Exa. está utilizando uma questão de ordem ultrapassada, V.Exa. tem que se modernizar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - O que importa aí não é a denominação dos temas, mas o resultado jurídico, que, tanto da votação nominal quanto da quebra de interstício, é absolutamente o mesmo. Cito precedentes.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - V.Exa. está utilizando uma questão de ordem ultrapassada. Eu tenho o direito de recorrer e irei recorrer. E recomendo a V.Exa. que se modernize.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - V.Exa. tem...

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - O Presidente Rodrigo Maia tem seguidamente utilizado a votação de quebra de interstício. Ele modernizou esse conceito. São institutos diferentes.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Seguidamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - A Deputada Erika Kokay já recorreu da minha decisão. Isso está assegurado.

Encontra-se sobre a mesa requerimento de retirada de proposição da Ordem do Dia, de iniciativa da Deputada Erika Kokay.



Passo a palavra à Deputada Erika Kokay para encaminhamento, por 5 minutos.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Aproveito o meu tempo para ler uma nota técnica da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, que argumenta, entre outras coisas, que o art. 205 da Constituição traz, como objetivo primeiro da educação, o pleno desenvolvimento das pessoas e a sua capacitação para o exercício da cidadania. A seguir, enuncia também o propósito de qualificar para o trabalho. Portanto, essa ordem de ideias não é fortuita, até porque está se falando do desenvolvimento das pessoas e de sua capacitação para o exercício da cidadania.

A nota diz:

Ela se insere na virada paradigmática produzida pela Constituição de 1988, de que a atuação do Estado se pauta por uma concepção plural da sociedade nacional. Apenas uma relação de igualdade permite a autonomia individual, e esta só é possível se se assegura a cada qual sustentar as suas muitas e diferentes concepções do sentido e da finalidade da vida.

O que se diz aqui? Qualquer espaço, particularmente o espaço da educação... Aliás, como diz Paulo Freire, a educação é expressão da boniteza da vida. Diz Paulo Freire que a educação, por si só, pode não transformar a sociedade; mas, sem ela, nós não transformamos a sociedade.

Querem amordaçar as escolas, porque querem amordaçar toda a diversidade humana, porque querem impor uma lógica fundamentalista de que deve ser permitida uma única religião, de que deve haver uma única forma de pensar. Quer se impor um pensamento único, quer se impor uma relação entre as pessoas que não é efetivada pelo diálogo, no chão da escola. Quer se impor uma relação de opressão. É o mesmo processo que tentou dominar os corpos das mulheres, é o mesmo processo que tenta silenciar toda a diferença.

Ora! A humanidade é uma só, ela tem várias formas de ser, várias formas de amar, várias etnias. Como fica o saber dos povos tradicionais? Ele não tem espaço nesta escola da mordaca. E aqui já se disse: é preciso amordaçar. É preciso



amordaçar, aqui se disse, em nome de Cristo. É preciso amordaçar, como disseram, para que não se morda Cristo e utilizar a mordaça para impedir as mordidas sobre o cristianismo.

Nós não estamos falando aqui de liberdade de credo, mas nós estamos falando, sim, de laicidade do Estado, para que nós não tenhamos as vítimas mutiladas na sua cidadania, por uma imposição teocrática do saber, uma imposição de uma única religião, de uma única forma de ver.

Nós estamos falando aqui de democracia no chão da escola, de respeito a educadores e educadoras, porque aqui se trata educadores e educadoras como se fossem doutrinadores partidários.

Ora! Temos que discutir os fenômenos humanos, discutir a inteireza da pessoa, nós não temos alunos, alunas, educadores e educadoras pela metade. Nós temos pessoas por inteiro, e nas pessoas se pressupõe que haja consciência crítica. É na atuação transformadora que nós nos fazemos humanos, porque somos os únicos seres vivos que têm a condição de ter a consciência da vida, pegá-la pelas mãos e transformá-la. Mas, ao contrário, o que querem é impor um conteúdo opressor que vai inclusive matar de morte o próprio desenvolvimento do conhecimento, a inteligência humana, o saber humano. Ele pressupõe o contraponto, pressupõe a dialética da construção da inteligência e do pensamento humano.

Quem são esses que vêm aqui e acham que são os únicos representantes de Cristo? Quem são esses que estão aqui e acham que podem cassar as vozes diversas? Quem são estes que estão aqui que acham que podem impor uma ideologia obscurantista dentro da educação?

Apenas diria que é por isso que nós temos que retirar de pauta, para que se faça valer a Constituição de 1988, para que se possam valer os direitos das pessoas humanas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Obrigado, Deputada.

Não há quem queira encaminhar contrariamente.

Passamos à votação do requerimento.

Orientação.

Como vota o PT? *(Pausa.)*



Como vota o PMDB? *(Pausa.)*

Como vota o PP? *(Pausa.)*

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - O PT quer orientar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Eu já chamei, Deputada.

O SR. DEPUTADO JOSUÉ BENGTON - O PTB encaminha o voto “não” à quebra do interstício.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Obrigado, Deputado.

Tem a palavra a Deputa Erika Kokay para orientar o PT.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Nós estamos discutindo, Presidente, antes de orientar, a quebra de interstício ou o requerimento de retirada de pauta?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Retirada de pauta.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Nós fizemos este requerimento, que foi construído com várias vozes, esse requerimento de retirar esse ponto de pauta desta Comissão. Aliás, esta é uma Comissão que está funcionando ilegalmente, porque, monocraticamente, sem apreciação do pleno desta Comissão, não poderia se ter a prorrogação do seu tempo de validade ou do seu funcionamento.

Ah! Mas como o fascismo está perdendo a vergonha, como o fascismo está perdendo a modéstia, como fascismo está sendo desnudado e como o fascismo acha que pode assumir os microfones! O fascismo acha até que pode pôr a faixa presidencial e subir a rampa do Palácio do Planalto.

Por isso, nós votaremos favoravelmente ao requerimento. Votaremos “não” à mordalha, “não” ao obscurantismo, “não” ao fundamentalismo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Como vota o PP? *(Pausa.)*

Como vota o PSDB? *(Pausa.)*

Como vota o Democratas? *(Pausa.)*

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - O PSDB orientou “não”.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - O Democratas orienta “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - O Deputado José Carlos Aleluia orientou pelo Democratas “não”.

Como vota o PR? *(Pausa.)*



O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA - Sr. Presidente, o PR tem uma consciência clara do que está acontecendo no Brasil. O marxista, disse alguém uma vez, precisa do sangue da escola, como o vampiro precisa do sangue humano. Isso me faz lembrar até o tempo que nós estamos vivendo aqui no nosso Brasil com a atual Presidência da República.

É importante deixar claro, Sr. Presidente, que não estamos ferindo professores. Segundo pesquisa da CNT/Sensus, de 10 anos atrás, 80% dos professores se consideram engajados politicamente. A CNT/Sensus de 10 anos disse que 80% se mostram engajados. Então, Sr. Presidente, é muito claro esse engajamento. Precisam, sim, do sangue.

O PR orienta “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Como vota o PSD?

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Sr. Presidente, o PSD vai se manifestar pelo voto “não”, mas eu não poderia deixar de colocar que estou vendo os comunistas falarem em Cristo e em educação, como falou ainda há pouco a Deputada Erika Kokay, falarem em cidadania e em religião, pensando nos professores, pensando nas nossas crianças, mas é engraçado que esta Deputada tem um projeto que está dormindo em berço esplêndido na Comissão de Direitos Humanos, acho que o Relator tem vergonha de relatar, para que crianças possam ser operadas para trocar de sexo. Isso é uma vergonha para este País, isso não poderia nem ser falado aqui, onde comunista quer defender educação e família. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Como vota o PSB?
(Pausa.)

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Quero direito de resposta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Como vota o PSB?
(Pausa.)

Como vota o PRB? *(Pausa.)*

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Quero direito de resposta, Sr. Presidente. Eu fui citada, fui ofendida. Conceda-me 1 minuto para o meu direito de resposta.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Deputada Erika Kokay, nós estamos na fase de encaminhamento. Na sequência, concedo 1 minuto a V.Exa.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Assegure-me o direito de resposta. Assegure-me o direito de resposta!

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Vamos parar de ofender a Deputada, por favor. Vamos parar de ofender a Deputada.

O SR. DEPUTADO DANILO CABRAL - Eu quero garantir o uso da palavra, Sr. Presidente.

(Tumulto no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Eu vou pedir ao auditório que mantenha o respeito para que possamos manter... *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado para encaminhar pelo PSB.

O SR. DEPUTADO DANILO CABRAL - O PSB, Sr. Presidente, encaminha “sim”, pela retirada de pauta.

Eu queria, de forma muito clara, fazer o registro da posição do partido, da nossa posição em relação a esta pauta.

Impressiona-me este espaço estar ocupado por muitos Parlamentares para fazer a defesa de uma proposta como esta que está sendo colocada aqui, que poda o debate que deve ser praticado dentro da escola, dentro de um processo de formação da cidadania. É isso que, de fato, deve ser praticado dentro do ambiente da escola, a escola como instrumento de libertação das pessoas, como pregava Paulo Freire, de formação do protagonismo dessas pessoas. Para isso, precisamos garantir o debate dentro da escola.

O PSB encaminha “sim” pela retirada de pauta.

Eu queria agregar o tempo de Líder, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Nós estamos em fase de orientação.

O SR. DEPUTADO DANILO CABRAL - Regimentalmente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - V.Exa. tem o tempo de Líder, pelo partido de V.Exa.

O SR. DEPUTADO DANILO CABRAL - Sr. Presidente, para que pudéssemos discorrer um pouco melhor sobre este assunto, hoje nós realizamos



uma reunião, fruto de deliberação que foi feita na Comissão de Educação — e aqui eu falo também como Presidente da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados. Esta Casa discutiu o tema, e muitos Parlamentares participaram desse debate. Fizemos uma reflexão, no dia 20 de junho, sobre os 4 anos do Plano Nacional de Educação, este que é o principal instrumento orientador da política da educação no Brasil.

Eu gostaria de ver este conjunto de Parlamentares que estão aqui participando desse debate defendendo e discutindo as questões centrais e estratégicas da educação pública brasileira. (*Palmas.*) Há 4 anos, esta Casa aprovava, fruto de um debate com a sociedade brasileira, à unanimidade desta Casa, o Plano Nacional como sendo o grande instrumento que iria orientar a educação pública brasileira. Quatro anos se passaram, e o que vimos, fruto inclusive do relatório que foi apresentado pelo INEP agora, recentemente, que das vinte metas constantes do Plano Nacional de Educação, nenhuma delas atingiu o resultado que era esperado.

Esse é o debate que nós precisamos fazer, para que possamos discutir a educação pública com responsabilidade, falando para o futuro do Brasil. Nós precisamos é discutir o Plano Nacional de Educação e os profundos cortes que a educação pública brasileira está sofrendo. Se nos encontramos nesta situação hoje, sem que as metas do Plano Nacional tenham sido atingidas, é por causa da ausência de vontade política para que, de fato, coloquemos a educação pública como instrumento de transformação de uma nação.

A Comissão deliberou. Hoje, Deputado Glauber Braga, nós fizemos a entrega de uma carta, aprovada por unanimidade na Comissão de Educação. Nela se expressa o desejo — e é o que nós queremos — de que as eleições de 2018 sirvam para que de fato discutamos as questões centrais da educação brasileira. Nós queremos pautar, nas eleições de 2018, a educação, o Plano Nacional de Educação, o financiamento da educação pública, e não ficar discutindo questões — permitam-me dizer isto, com todo o respeito a quem está fazendo este debate — que são secundárias e que não falam para a construção de uma educação pública de qualidade. Este debate não serve para a educação, este debate não serve para o desenvolvimento do nosso País!



Eu quero fazer um chamamento à responsabilidade, dirigindo-me aos Parlamentares que estão fazendo a defesa deste projeto, que fala para a afirmação de um modelo autoritário dentro da escola pública brasileira: que façamos uma reflexão do que nós queremos para o futuro do Brasil. *(Palmas.)* Este projeto fala para o passado do País, fala para um momento que nós não queremos mais viver.

Muitos tombaram para que pudéssemos estar fazendo hoje aqui esse tipo de discussão que nós estamos fazendo, para a afirmação de valores que são importantes para o povo brasileiro, para a defesa da democracia. Muitos tombaram para que todos, sem exceção, pudessem ter direito de falar aqui. Que bom que há aqui pessoas que estão usufruindo do direito de falar! Foi a luta pela democracia que permitiu que esta Casa pudesse fazer debates como o que estamos fazendo neste momento.

Não queremos, não podemos — e é nosso dever de cidadão e de Parlamentar — permitir que o Brasil retroceda no tempo, que voltemos aos tempos do obscurantismo, da perseguição, da ditadura que pairou sobre este País e que vitimou muitas gerações.

Por isso, o PSB vem reafirmar a posição de um partido que tem 70 anos de história na defesa da soberania, da democracia, da educação pública de qualidade, para que possamos construir um País melhor do que o que está posto.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Quero apenas reafirmar a nossa posição, de forma muito clara, para que não paire nenhum tipo de dúvida sobre a posição do PSB nesse processo: o PSB é contra o Escola sem Partido, é a favor da democracia, é a favor da educação pública brasileira. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Vamos dar sequência aos encaminhamentos.

O Deputado José Carlos Aleluia pediu a palavra também como Líder.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Quero apenas dizer que, quando começar a votação, quero usar o tempo de Líder.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Sr. Presidente, o que mais me impressiona é que estamos aqui discutindo um projeto e todos os que se opõem ao projeto falam desse projeto, mas não falam do projeto. Dizer que é contra a



escola sem partido corresponde, em lógica, a ser a favor da escola com partido. O que eles estão defendendo é a escola com partido.

O mundo, no início do século XX, presenciou algo estarrecedor. No rastro da Primeira Guerra Mundial surgiram duas lideranças, uma de esquerda radical, na Revolução Russa, que culminou com o triunfo de Stalin, um assassino sanguinário; a outra, a ascensão de Hitler, na Alemanha. Isso tudo nos levou à Segunda Guerra Mundial. A Alemanha foi vítima, assim como a União Soviética também foi vítima.

Os métodos foram os mesmos, em que pese tenha sido um considerado de direita, o Hitler, e o outro considerado de esquerda, o Stalin. A competição era para ver quem mais cometeu atrocidades e quem mais interferiu na vida das famílias e na formação dos jovens; quem mais usou a educação e a cultura para castrar as pessoas, para castrar os jovens.

O projeto que nós estamos discutindo, Sr. Presidente, foi algo que os alemães foram obrigados a utilizar logo depois que o democrata-cristão Adenauer conduziu a Alemanha para a democracia e para a liberdade. Todas as fundações de pensamento dos partidos alemães têm como doutrina básica discutir política, mas não fazer doutrinação.

O que esse projeto diz? Ele estabelece deveres do professor. E é importante reviver os deveres do professor. O professor não pode se aproveitar da audiência cativa dos alunos para promover o seu próprio interesse, em seu próprio interesse, a sua opinião, a concepção de sua preferência ideológica, a sua religião, a sua moral, a política e o seu partido. Isso está errado, Sr. Presidente? Será que o professor pode se aproveitar da audiência cativa dos alunos?

Quantas vezes meus sobrinhos, meus filhos, os filhos dos meus amigos, os jovens pobres reclamam o fato de os professores os estarem doutrinando! E a doutrinação não pode ser nem de esquerda nem de direita. O que se tem que se promover é a liberdade na escola. Esse projeto está promovendo a liberdade do aluno, a liberdade da família.

Item II: o professor *“não favorecerá nem prejudicará (...) o aluno em razão da sua convicção política, ideológica, moral ou religiosa ou a falta delas”*. Isso está errado, Sr. Presidente? Onde pode estar errado dizer que o professor não pode favorecer as suas ideias?



Item III: o professor “*não fará propaganda político-partidária*”. Será que estão chateados porque não vão poder fazer? É lógico, é direito do professor fazer propaganda político-partidária?

O item IV diz que o professor, ao tratar de questões políticas e sociais, deve tratá-las com equilíbrio. Será que isso está errado, Sr. Presidente?

O Item V diz que o professor respeitará o direito dos pais e dos seus filhos de receber educação que esteja de acordo com as convicções destes. Isso é respeito à família! Falaram tanto em família! Esse projeto respeita a família.

O professor não permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de terceiros, dentro da sala de aula. Quanto é comum o professor levar alguém para doutrinar alunos?

Nós queremos escolas livres, e esse projeto propõe escolas livres. O que existe hoje no Brasil é o domínio de alguns partidos nas universidades. O que os assusta é que o próximo Governo terá que fazer uma reforma universitária, como este Governo fez uma reforma do ensino médio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Agradeço a V.Exa.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Gostaria de falar pela Liderança do PT.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Dando sequência, como encaminha o PSD? *(Pausa.)* O PSD já encaminhou, o PSB também.

Para encaminhar, ouvimos o PRB. *(Pausa.)*

Para encaminhar, o PDT.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sr. Presidente, eu sou Vice-Líder da Minoria. Eu gostaria que contasse o meu tempo juntamente com o da Liderança da Minoria.

O SR. DEPUTADO RICARDO IZAR - O Progressista encaminha “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Está assegurada a palavra a V.Exa.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu confesso que nunca imaginei enfrentar no Parlamento nacional — e há 16 anos aqui estou — um debate com tanta radicalidade, o debate de um tema que diz respeito, eu diria, muito mais à sociedade, à escola, à educação, do que



propriamente ao Parlamento nacional. Mas as coisas no Brasil tomaram uma radicalidade tal, de tal proporção, que hoje prepondera o imponderável. Nós todos perdemos um tanto a razoabilidade. É uma coisa, assim, impressionante! Eu não sei aonde isso vai chegar.

Nós estamos fulanizando, nós estamos apontando para os outros: a mão que aponta um dedo para lá, aponta três dedos para cá. Se a pessoa gosta de uma determinada pessoa, quer esta pessoa nos mais altos cargos da Nação; se não gosta, quer a pessoa na cadeia, presa. No Rio Grande, se fosse feita essa comparação lá, seriam como Maragatos e Chimangos. Grenalizou-se tudo! Virou Fla-Flu: quem é contra, quem é a favor? Não há mais equilíbrio nisso tudo. Ou você está de um lado, ou está do outro lado. Nós perdemos um tanto da razão de ser.

Eu venho de uma escola lá do interior da minha Santo Augusto, nas Missões do Rio Grande do Sul, onde aprendi com o Prof. Dirceu Assis de Moura, que faleceu há pouco tempo, e com a Profa. Dinorá. E a ambos eu escolhi, aos 8 anos de idade, como meus padrinhos de crisma. Eu os escolhi, tamanha era a admiração, o respeito e a devoção que eu tinha pelos meus mestres.

E quero dizer, lembro-me bem, que eu e meu pai, do PTB, do velho PTB, do Getúlio, do Jango, do Brizola, nós escrevíamos com cal virgem nos muros do porão lá de casa, que apareciam para fora: “PTB”. E o professor Dirceu Assis de Moura, da minha cidade, era adversário do meu pai, porque era da ARENA, o PSD da época. No entanto, o meu pai confiava a ele, professor, o seu filho! E o filho escolheu o professor como padrinho. E o professor não era do meu partido, nunca foi do meu partido! E cresci conhecendo-o e admirando-o. Tudo que eu queria na vida era ser igual a ele, do tamanho dele, com o conhecimento dele, com a sabedoria dele.

O que eu estou dizendo aqui está passando na Internet, na *TV Câmara*. Sabem lá na minha cidade que o professor era de um partido e o meu pai, de outro. Meu pai faleceu, o professor continuou no seu partido, e eu continuei no partido do meu pai, por onde, aliás, eu fui Vereador, fui Prefeito, disputando inclusive com a liderança do meu professor.

Eu vou dar mais um exemplo: Pedro Valmor Marodin. Falei com ele esta semana, meu professor honrado, querido, amado, meu professor de Matemática. Na época, era da ARENA, o PDS da época. E eu disputei eleição para Prefeito contra



ele, disputei com o meu professor de Matemática. Ele era de um partido, e o seu então aluno era de outro partido. Eu ganhei a eleição e me tornei Prefeito da cidade. Esta semana, eu o encontrei. Nós nos abraçamos. Graças a ele, eu sou o que sou, pelas lições que ele me deu! (*Palmas.*)

E ele tinha outra postura ideológica, que não era a minha, mas eu aprendi Matemática com ele. Ele nunca deixou de colocar a sua posição, e eu nunca deixei de colocar a minha. Ele me respeitava, e eu o respeitava.

Conheci na escola professores que tinham posições políticas iguais à minha, conheci professores que tinham posições políticas diferentes da minha, e eles me fizeram crescer, aprender a diferença, respeitar os outros. E foi assim que eu cresci nessa escola e me fiz Vereador. O povo me fez Vereador, Prefeito, Deputado Estadual, e me deram quatro mandatos de Deputado Federal.

Eu não estou entendendo a razão de ser de tudo isso, esse desespero. Nós estamos politizando algo que as crianças e os jovens não estão entendendo. Eles não estão entendendo, até porque, se formos examinar bem a fundo, esses moços para quem queremos fazer leis para dizer como é que eles têm que ser, eles serão do jeito que eles acharem que terão que ser, por conta do que são na sua essência. (*Palmas.*)

De nada vai adiantar. A Internet está aí! Com o controle de acessibilidade feita pelos pais à Internet, eles vão assistir, vão ver, vão olhar um pouco mais ou um pouco menos. Vão crescendo, vão acessando níveis, vão tendo uma compreensão de mundo. Nós não podemos ter uma escola que permaneça de boca fechada nem de olhos fechados. A escola tem que nos ensinar para o mundo, tem que dar uma visão do mundo.

Um professor não vai dizer para mim o que eu vou ser na vida. Ele poderá me dar instruções, que eu vou receber e compreender, porque vou miscigenar com outras. Vou fazer um *mix* com outras informações, que vão resultar na formação do meu caráter. Portanto, nós estamos absolutamente exagerando no que estamos fazendo aqui, pela radicalização.

Ora, e quanto à questão religiosa? E quanto à questão laica na escola? Não há nenhum problema em ser católico, em ser protestante, em ser evangélico. No cristianismo, aliás, Cristo é um só, Deus é um só, para quem acredita. E eu acredito.



Portanto, eu vejo que estamos, na verdade, politizando um tema, exagerando, radicalizando um tema, o que não vai levar a nada.

Eu lamento, aliás, que tenham aproveitado a palavra “partido”, porque os partidos estão em baixa, para dizer “escola sem partido”, como se fosse escola sem ter um partido político, quando, na verdade, não é uma escola sem um partido político: é uma escola sem questionamento. A escola pode questionar, a escola deve ser questionadora, deve levar o aluno a muitas perguntas. Os alunos têm que se perguntar, até para buscar as respostas, para tirar as dúvidas, para se esclarecer. Por isso, a escola tem que ser aberta.

E não será uma lei que vai fechar a escola. Não será uma lei que vai tapar a boca dos professores, colocar venda nos olhos dos professores, tampouco dos alunos. Engane-se quem quiser! Nós estamos fazendo aqui uma lei inócua, inócua, que não vai servir para nada! Os meninos, os jovens vão crescer e vão rir de nós. Dirão: *“Aquela velharada do Parlamento Nacional fez essas leis querendo dizer o que nós temos que pensar, o que nós temos que ser”*. Isso não existe.

Precisamos dessa maturidade, e quero chamar todos à reflexão. A escola não tem que ter partido, é claro que não precisa ter partido. A escola não tem que ser do PDT, do PT, do PMDB, do PCdoB, do PSD, do DEM, do MDB, enfim, de partido nenhum. A escola tem que ser do aluno, a escola tem que ser da educação.

O que diria Darcy Ribeiro se vivo estivesse e aqui chegasse? Iria rir ou chorar. Ou, quem sabe, chorar de rir do que está acontecendo aqui. Eu não consigo compreender essa radicalidade. O que diria o Brizola, quem foi o homem que mais escola fez no mundo? Só no meu Estado, foram construídas mais de 6 mil “brizoletas”. Fez CIEPs — Centros Integrados de Educação Pública no Rio de Janeiro, fez CIEPs no Rio Grande do Sul, escolas em tempo integral. Isso é visão de mundo, é abrir a escola para os jovens! A escola abre o mundo, abre o mundo de questionamento para que os jovens tirem as dúvidas das suas informações, encontrem caminho para as suas perguntas. É isso que nós queremos.

Eu confesso que não compreendo essa radicalização, como se nós estivéssemos tirando partido da escola, eu não compreendo. Eu não acho que existe partido na escola. Não há, não deve haver. O que existe e deverá continuar existindo é uma escola aberta, uma escola laica, que processe e permita toda



religiosidade, que permita todos os questionamentos, que permita os esclarecimentos, que permita tirar dúvidas; uma escola que seja dos professores, que seja dos alunos, que seja dos pais, que seja da direção, que seja da sociedade, que seja moderna, que avance. Nós não podemos tapar o sol com a peneira. Essa realidade, não tem como negá-la.

Por isso, Sr. Presidente, o meu voto é para que nós continuemos o debate e possamos, ao seu tempo, em adiando esta votação, avançar nesse sentido.
(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Obrigado, Deputado.

Como orienta o Podemos?

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - E a Liderança do PT? Eu posso pedir a palavra a qualquer tempo, V.Exa. sabe disso muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Vou assegurar a palavra a V.Exa. na sequência.

Como orienta o Podemos?

O SR. DEPUTADO EZEQUIEL TEIXEIRA - S.Exa. já falou bastante.

Sr. Presidente, eu quero parabenizar o Deputado José Carlos Aleluia, que foi muito feliz nos seus argumentos, na sua exposição. Parabéns! Eu faço minhas as palavras do Deputado, sábias palavras.

Eu escutei o colega que me antecedeu. S.Exa. precisava conhecer algumas escolas lá no Rio de Janeiro. Falou que os partidos não estão tomando conta das escolas. Há partidos que estão dentro das escolas, dentro das escolas, doutrinando os alunos, doutrinando as crianças! Nós queremos, verdadeiramente, que as crianças aprendam Português, Matemática, Física, Química, e não ideologia de gênero. Ideologia de gênero é um lixo moral. Vamos para frente, vamos para frente!

O Podemos orienta “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - V.Exa. pode falar pela Liderança. Quer falar depois? (Pausa.)

Como orienta o PTB?

O SR. DEPUTADO JOSUÉ BENGTON - O PTB encaminha “não”.

O SR. DEPUTADO RICARDO IZAR - O Progressista orienta “não”.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - O PP orienta “não”; o PTB, “não”.

Como orienta o PROS? (*Pausa.*)

Como orienta o Solidariedade? (*Pausa.*)

Como orienta o PCdoB? (*Pausa.*)

Como orienta o PSC? (*Pausa.*)

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA MARCIVANIA - Quero orientar pelo PCdoB, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Pois não, Deputada Professora Marcivania.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA MARCIVANIA - Eu também gostaria de não estar vivenciando um momento como este, de extremo radicalismo. Parece que há muita gente com muito ódio no coração. E, certamente, o inspirador desse projeto não gosta de professor.

Eu queria convidar todos que estão nos assistindo a entrar no *site* do Escola sem Partido. Quem está nos assistindo em casa, inclusive, entre no *site* do Escola sem Partido.

Nesse *site* já se começa a ler: “*Por uma lei contra o abuso da liberdade de ensinar*”. Já se parte do pressuposto de que existe abuso na liberdade de ensinar. O *site*, em seguida, vai falando dos deveres do professor, como se o professor não soubesse dos seus deveres. Sinceramente, quem inspirou isso não é professor.

Depois, lá no início do *site* — acompanhem, por favor —, há um *link* que diz: “*Enviar denúncia*”. O que esse projeto realmente quer é criminalizar a liberdade de cátedra.

O PCdoB encaminha “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Com a palavra o Deputado João Campos, para orientar pelo PRB.

O SR. DEPUTADO JOÃO CAMPOS - Sr. Presidente, a exemplo do Deputado Pompeo de Mattos, não percebo a razão ou o porquê de tanta radicalização acerca dessa matéria. O projeto é muito simples e, salvo engano, em nada inova, inclusive. Ao que me parece, o projeto apenas procura ampliar um dos princípios constitucionais da administração pública: o da publicidade.



Os deveres do professor que estão no projeto de lei já constam de diversas normas. Não se inventa ou se acrescenta nada além do que já é dever do professor. Apenas se procura dar publicidade no espaço da escola. Deu-se publicidade, quem sabe, no *Diário Oficial* ou em outros espaços, e não na escola. E não tendo sido dada publicidade na escola, quem sabe por falta de informação alguns professores, não tendo conhecimento disso, terminam não observando aquilo que é dever deles.

Mentem aqueles que dizem que esse projeto é da mordaca. Nem sequer é prevista penalidade nesse projeto! O professor que não observar os seus deveres não sofrerá multa, não terá desconto no salário, não irá para a cadeia, não receberá advertência. O projeto é educativo. Não vejo por que ser diferente.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA MARCIVANIA - A denúncia é para quê, Deputado?

O SR. DEPUTADO JOÃO CAMPOS - Portanto, o PRB orienta “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Como orienta o PSC?
(Pausa.)

Como orienta o PPS? (Pausa.)

Como orienta o PSOL, Deputado Glauber Braga?

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Peço a incorporação do tempo de Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Fica assegurado o tempo regimental destinado ao PSOL.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Esta sessão está fazendo com que algumas máscaras caiam. O Deputado José Carlos Aleluia fez a orientação pelo Democratas.

O Democratas é a favor desse projeto, Deputado Aleluia? Eu gostaria muito que V.Exa. pudesse me responder, porque o Ministro do seu partido foi à Comissão de Educação dizer que não era a favor da aprovação desse projeto. Só que a máscara agora está caindo.

O Deputado Fábio Sousa orientou pelo PSDB. Eu pergunto ao PSDB: os senhores são a favor da aprovação desse projeto? O pré-candidato à Presidência da República, o candidato dos senhores é a favor da aprovação deste projeto, que no



fundo criminaliza a ação de professores e profissionais de educação, criando tribunais pedagógicos?

Olhem, um dia eu me dirigi ao idealizador do projeto, que está aqui presente, o Sr. Nagib: *“Posso fazer uma pergunta ao senhor?”* Ele falou: *“Pode”*. Eu perguntei: *“O senhor acha que o que aconteceu no Brasil em 1964 foi golpe?”* Sabem o que ele me respondeu? Ele falou assim: *“Eu não estudei bem esse período da nossa história”*. Engraçado! Conhece tanto a história da Coreia do Norte, de Cuba, da Venezuela, e diz que não sabe se o que aconteceu em 1964 no Brasil foi um golpe. Esse é o idealizador do Programa Escola sem Partido.

Eu fiz uma pergunta também a outro convidado que os senhores articularam para trazer a esta reunião. Perguntei a ele: *“Senhor convidado, diga-me uma coisa: se um professor contextualizar, em sala de aula, que o que aconteceu no Brasil em 1964 foi um golpe, ele vai estar cometendo uma ilegalidade? O senhor acha que foi um golpe o que houve em 1964?”* O senhor que estava aqui gaguejou e deu a seguinte resposta: *“Deputado, pelo que eu sei, em 1964 foram cumpridos todos os ritos legais para que os militares estivessem no poder, tendo havido inclusive aprovação do Supremo”*. Ele disse isso aqui!

É esse segmento de extrema direita que quer impor a mordaza nas unidades escolares. Isso é mordaza, sim, porque não querem pensamento que seja de reflexão crítica. Não querem e não aceitam. Não aceitam que nas escolas brasileiras sejam discutidos temas fundamentais para que se possa fazer uma ruptura em estruturas que muitas vezes são de opressão ao aluno, sim.

Outra pergunta que eu faço aos senhores é sobre um dos artigos deste projeto, da proposta inicial que foi apresentada pelo Deputado Flavinho. Está escrito lá que o professor que incentivar a participação de estudantes em qualquer manifestação estaria cometendo uma ilegalidade. Aí eu pergunto: um professor que dialogue com os estudantes, mostrando a necessidade de investimento em educação pública, na aula de Geografia, está cometendo uma ilegalidade? Isso é um absurdo!

Nós vamos resistir aqui. Vamos resistir no Plenário, se for necessário. Vamos resistir nas ruas. Esse projeto de escola com mordaza não vai prevalecer! (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - O Deputado Leo de Brito solicita a palavra para falar pela Liderança do PT.

V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sr. Presidente, vou dividir o tempo com a Deputada Maria do Rosário.

Primeiro, eu quero, de maneira muito tranquila, falar enquanto professor do curso de Direito da Universidade Federal do Acre e enquanto católico também, porque eu vi que houve aqui um debate a respeito de religião, o que, na verdade, para mim, não deveria acontecer. Nós temos a devida compreensão de que a escola é para todos: para os ateus, para os kardecistas, para os católicos, para os protestantes, para quem segue as religiões africanas, para os budistas, etc. Enfim, a escola é um espaço de pluralidade, e isso deve ser respeitado.

Inclusive, se houver qualquer desrespeito em relação a isso, a própria legislação pátria dá conta de punições relacionadas não só ao ambiente de sala de aula mas a qualquer outro ambiente, caso isso aconteça na rua ou em qualquer outro lugar. Essa é a primeira questão que eu gostaria de pontuar.

Tenho outra questão. Eu queria fazer um diálogo com a fala de um Deputado que respeito muito, o Deputado José Carlos Aleluia, que se afirma um liberal — já tenho até dúvida, Deputado Aleluia, se V.Exa. é um liberal mesmo.

Deputado, no ano passado, quando eu era Presidente da Comissão de Fiscalização, nós convocamos pela primeira vez o Ministro Mendonça Filho, do seu partido. A S.Exa. foi perguntado se era a favor desse projeto ou contra o projeto. Ele disse: *“Eu sou contra. Inclusive quero dizer que um dos meus melhores professores — e sou um liberal — era um comunista”*.

Da mesma maneira, sou um professor socialista, petista, e tenho muito respeito pelos meus alunos que são liberais. Em sala de aula, respeito as opiniões deles, e eles respeitam as minhas, sem necessidade de um perseguir o outro por causa disso.

Eu quero dialogar com V.Exa., Deputado José Carlos Aleluia, de maneira muito didática sobre os pontos desse art. 2º. Imagine V.Exa. que um desses professores da Fundação Getúlio Vargas que vivem na *Globonews* — a *Globonews* só tem um pensamento, o pensamento econômico liberal — esteja em sala de aula



e faça uma defesa rasgada do Plano Real, falando que o Plano Real foi criado no Governo do PSDB, na época do Fernando Henrique Cardoso. Ele vai estar cooptando os alunos? Esse é o termo que está no projeto. Ele vai estar cooptando-os ou fazendo propaganda político-partidária? Faço essa pergunta a V.Exa.

Da mesma maneira, no que se refere a tratar as questões políticas de maneira justa, se esse professor disser que o Plano Real é o céu na terra, e depois rasgar o verbo sobre as políticas econômicas dos Governos Dilma e Lula, como eu vi muitas vezes V.Exa. fazer no plenário da Casa, ele estaria fazendo uma exposição de maneira justa de posições diferentes? Não sei se seria tão justa assim, mas essa seria uma opinião que ele estaria colocando.

Não é que eu seja contra o projeto, mas estou aqui fazendo uma interpretação *contrario sensu*, porque os senhores só querem fazer interpretação para o lado do professor que é socialista, que tem uma posição à esquerda.

Portanto, o que está consignado nessa lei gera ambiguidades que são perigosas, muito perigosas! Vai gerar perseguição aos professores.

A lei fala de manifestações e atos públicos. Aliás, há um inciso que fala sobre terceiros: *“não permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de terceiros”*. Diriço-me à minha Presidenta da UNE, que estava aqui presente, e ao pessoal do movimento estudantil: se um líder estudantil entrar numa sala de aula e o professor permitir que ele diga: *“Nós precisamos lutar para que esta escola contrate mais professores”*, o professor pode ser enquadrado no dispositivo! Portanto, isso é muito perigoso!

Estou falando de algo que requer uma discussão mais apurada, porque há muitas ambiguidades aqui, e isso vai acabar gerando perseguição aos professores.

O Deputado Campos disse que não existe punição. Mas isso aqui, Deputado, é o início, é o ovo da serpente. Começa com isso aqui. Os projetos originais, que estavam apensados, falavam inclusive de criminalização do professor. Portanto, precisamos ter muito cuidado.

Eu respeito todos os Deputados presentes, mas o que está consignado nessa lei é muito perigoso. É muito perigoso o que está consignado neste projeto de lei. Há muita ambiguidade aqui. E nós vamos gerar uma verdadeira guerra.



Os professores já sofrem tanto com salários baixos, com salas de aula lotadas, com os Governos que não cumprem a legislação, e nós ainda vamos persegui-los? Paciência! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Deputada Maria do Rosário, V.Exa. vai usar a palavra agora ou em outro momento?

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Sr. Presidente, eu ocupo a palavra. Se não há outro Líder, eu ocupo a palavra. Posso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Este é o momento do encaminhamento. V.Exa. pode usar a palavra agora ou depois.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Não, não, eu ocupo a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Eu a asseguro a V.Exa.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Obrigada, Sr. Presidente.

Eu sigo aqui o pronunciamento do Deputado Leo de Brito, dizendo ao Brasil que este projeto traz consigo a marca do ataque aos professores e às professoras. Ele parte do pressuposto de que o professor e a professora têm que ser controlados naquilo que tratam em sala de aula; parte do princípio de que os professores e professoras não exercem uma responsabilidade ética e pedagógica. Ataca, portanto, aqueles que formam a vida no nosso País. Nós não podemos aceitar isso. As educadoras e os educadores brasileiros já são atacados de várias formas.

Nós aprovamos aqui um piso salarial nacional unificado e não temos tido seu cumprimento. Como foi dito pelo Presidente da Comissão de Educação desta Casa, o Plano Nacional de Educação não teve nenhuma das metas cumprida. V.Exas. votaram a favor da Emenda Constitucional nº 95, de 2016, que por 20 anos congelou recursos da educação, da ciência e tecnologia, da saúde. E neste momento abandonam as escolas e reduzem recursos e direitos educacionais, como a assistência estudantil, o PROUNI, as universidades. O que há contra a educação, afinal? Já não basta diminuir os recursos da ciência e tecnologia e da cultura? É preciso perseguir os professores?

Ao longo dos anos, eu vi coisas absurdas acontecerem, mas eu não vejo V.Exas. fazerem projeto para que nenhum médico — e eu seria contra — pudesse deixar de tratar sobre política com o seu paciente na sua frente; para que nenhum engenheiro pudesse deixar de falar sobre as circunstâncias da política ou da sua



religiosidade. Por que perseguem os professores? Será que os professores e as professoras não merecem mais respeito de parte de V.Exas.?

Eu faço essa pergunta porque, como pedagoga, como professora na sala de aula, eu creio que o principal na educação é o respeito que nós fomentamos. O que dizem a mãe e o pai à criança que deixam na porta da sala é: *“Respeite seu professor! Respeite sua professora!”* E essa professora e esse professor, apesar das dificuldades com que trabalham no Brasil, apesar de saber que seu aluno levou um tiro do lado de fora da sala de aula, na entrada da escola, com o uniforme da escola, como aconteceu no Rio de Janeiro recentemente, apesar disso, esse professor e essa professora estão lá, estão lá ao lado desse aluno e dessa aluna.

Agora me digam como é que V.Exas. pretendem trabalhar legislações, por exemplo, aquelas que fomentam a igualdade de direitos? Eu fico pensando que, num país com tantas desigualdades, num país em que os salários das mulheres são 30% a 40% menores do que os salários dos homens, uma menina pode perguntar: *“Professora, é justo que a mulher ganhe menos do que ganha o homem, se exerce o mesmo papel?”* A professora vai dizer: *“Não posso responder”*? Isso é justo? E pode um aluno perguntar: *“O preço do gás lá em casa ficou impossível. A gente não consegue comprar. Quanto é do orçamento da família?”* A professora não pode calcular? O professor não pode calcular?

Há algo que é pior: os senhores estão pretendendo colocar um cartaz na sala de aula. Querem fazer um disque-denúncia? O que os senhores querem colocar lá? O professor está de costas para o cartaz, dando aula, e o aluno está olhando: *“O professor falou ‘gênero’!”* *“Ah, mas era gênero da língua portuguesa!”* *“Mas não podia!”* Falar “gênero alimentício” e “gênero comum de dois”, da língua portuguesa, não pode.

V.Exas. têm que se preocupar com a educação e valorizar os educadores e as educadoras, e não fazer o que estão fazendo aqui!

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente, com base no art. 46 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Tem V.Exa. a palavra.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Passo à leitura:



Art. 46. As Comissões reunir-se-ão na sede da Câmara, em dias e horas prefixados, ordinariamente de terça a quinta-feira, a partir das nove horas, ressalvadas as convocações de Comissão Parlamentar de Inquérito (...).

§ 1º Em nenhum caso, ainda que se trate de reunião extraordinária, o seu horário poderá coincidir com o da Ordem do Dia da sessão ordinária ou extraordinária da Câmara ou do Congresso Nacional.

Acaba de completar o quórum no Plenário da Câmara. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Parabéns à Oposição!

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Eu solicito a suspensão da reunião, ou melhor, o seu encerramento. Repito, encerramento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Muito obrigado.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA MARCIVANIA - E o requerimento, Sr. Presidente, não foi votado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Acatando o pedido da Deputada Alice Portugal, nós estamos suspendendo os trabalhos da Comissão...

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Encerrando, encerrando!

(Manifestação no plenário: Encerrando! Encerrando! Encerrando!)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - ... até o fim dos trabalhos no Plenário da Câmara.

(A reunião é suspensa.)